

RELATÓRIO ANUAL DE IMPRENSA

2020



ABMES[®]

Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior



PANORAMA GERAL

De janeiro a dezembro de 2020, a ABMES contabilizou **719** matérias publicadas na imprensa, atendeu **306** demandas e pedidos de entrevistas e totalizou cerca de **R\$ 52,8 milhões** de retorno de mídia *espontânea*.

719

Publicações

Total

306

Demandas

Total

R\$ 52,8 milhões

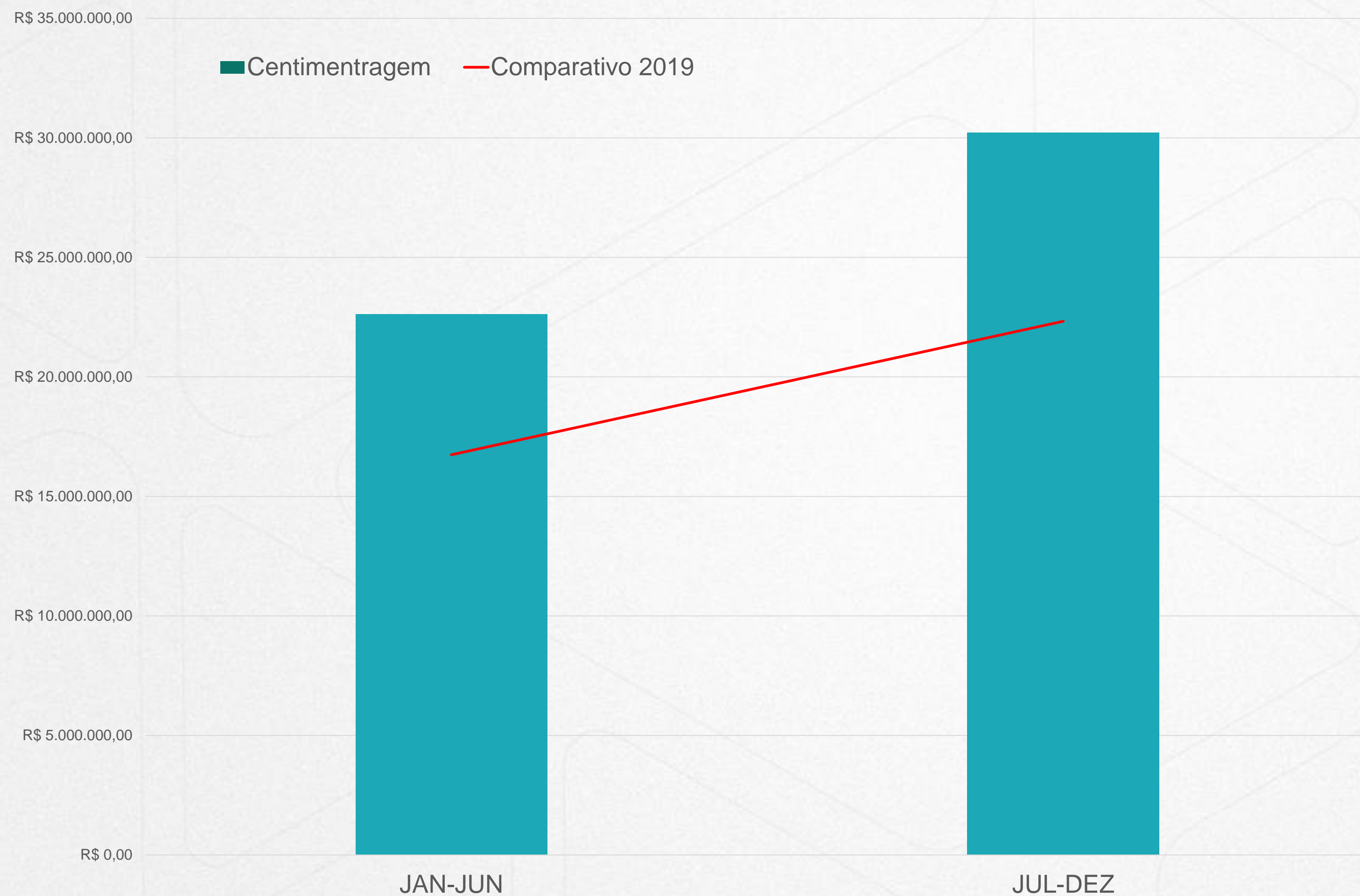
Valoração

Total



194 publicações com entrevista de porta-vozes
514 publicações originais e **205** réplicas
13 artigos publicados em veículos nacionais

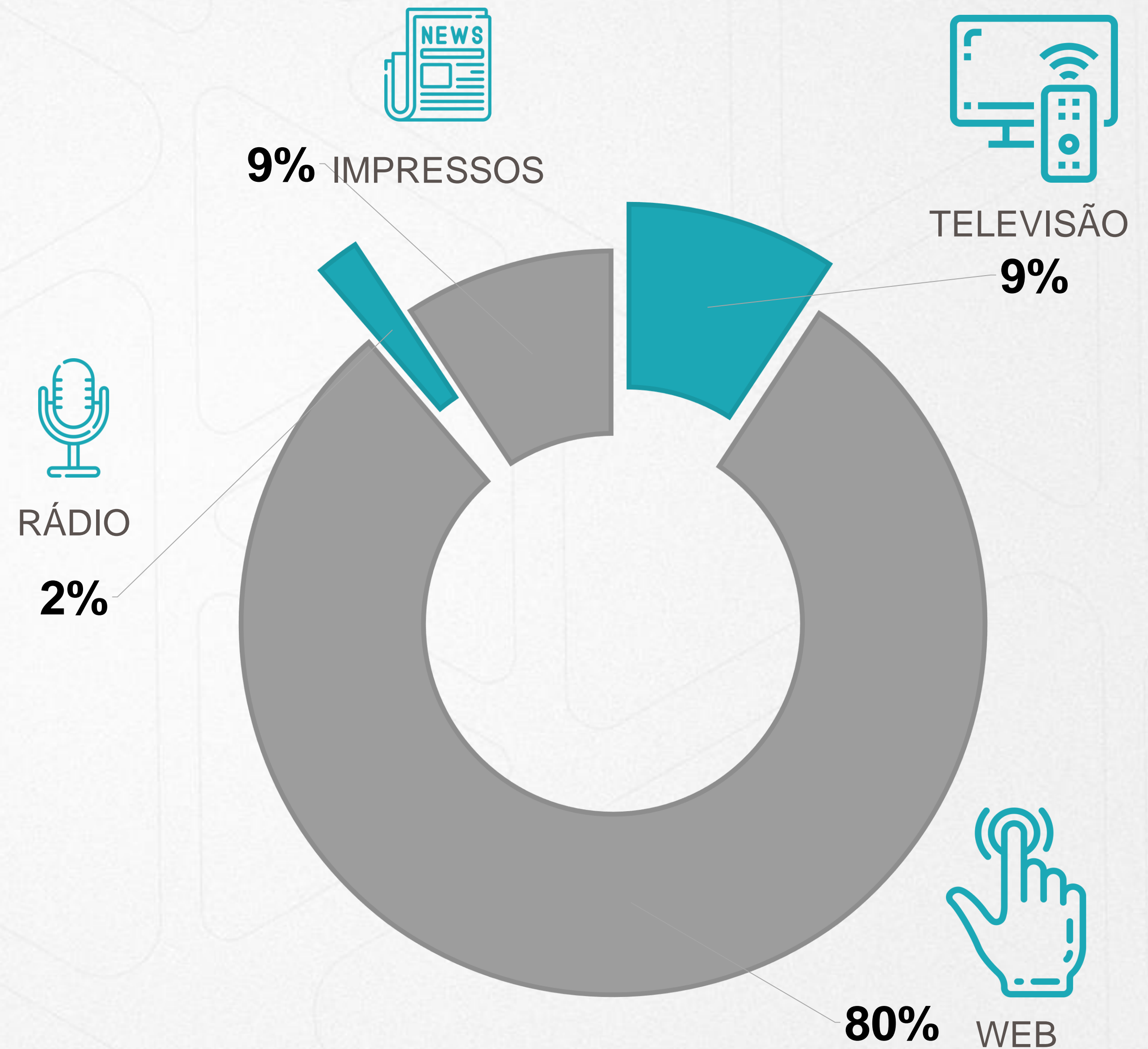
RETORNO DE IMAGEM

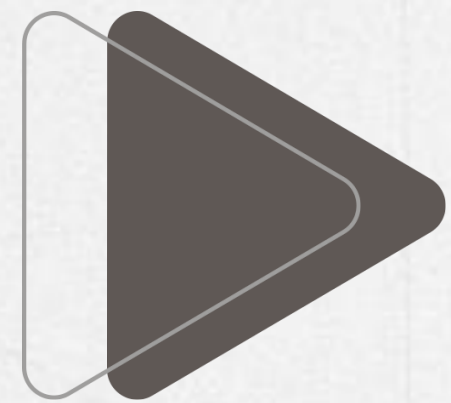


MÊS	RETORNO
JAN - JUN	R\$ 22.616.187,00
JUL - DEZ	R\$ 30.223.377,00
TOTAL:	R\$ 52.839.564,00



TOTAL DE PUBLICAÇÕES POR MÍDIA





INSERÇÕES & IMPACTOS



TOTAL IMPRESSO: 50



TOTAL WEB: 429



TOTAL TV: 24



TOTAL RÁDIO: 11



TOTAL INSERÇÕES: 514



TOTAL DE VALORAÇÃO POR MÍDIA



IMPRESSOS

1%



RÁDIO

4%



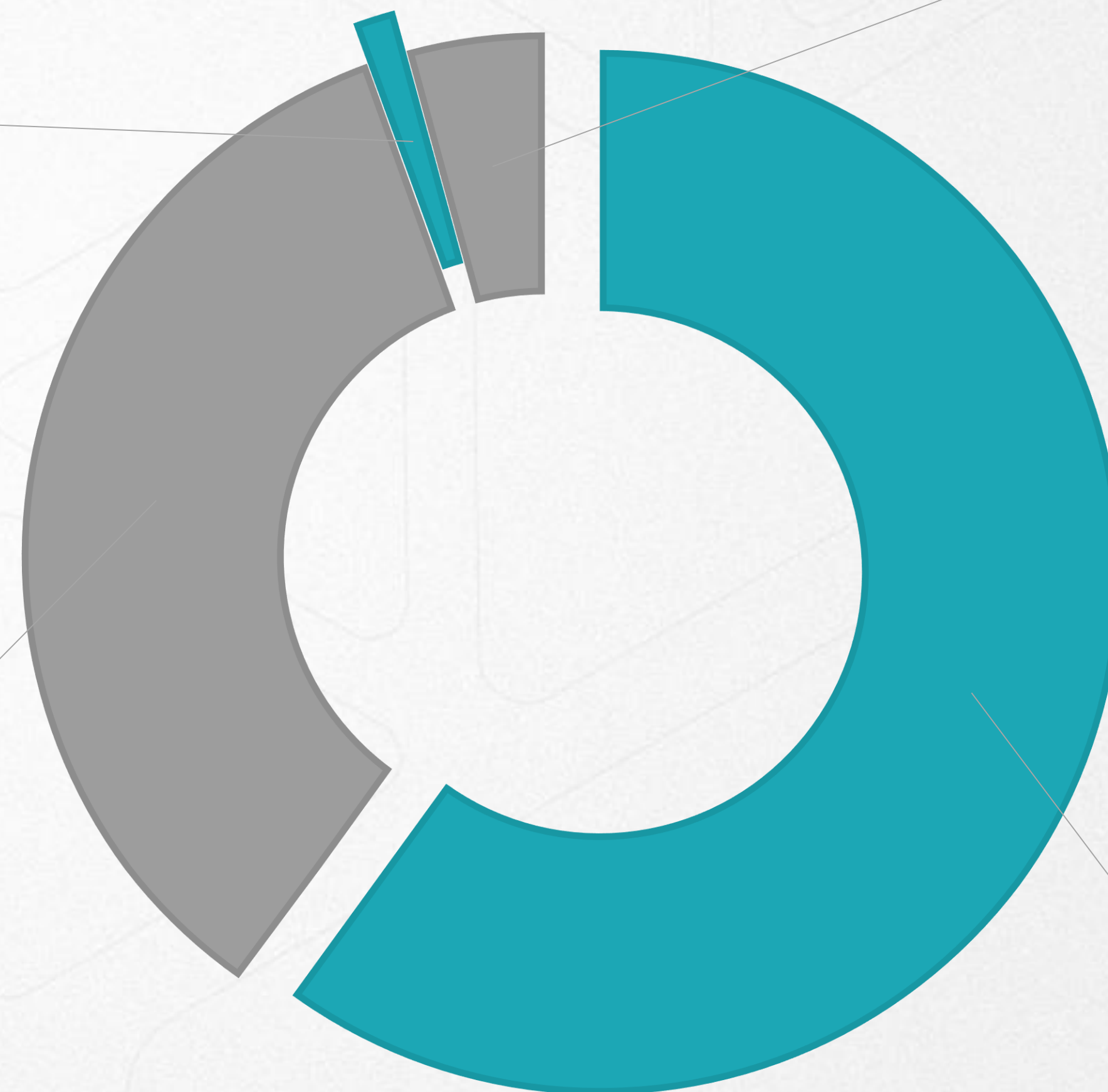
WEB

35%



TV

60%





VALORAÇÃO



R\$
Impresso: **2.233.578,00**



R\$
Web: **18.224.899,00**



R\$
TVs: **31.686.686,00**



R\$
Rádio: **694.881,00**



R\$
TOTAL: **52.839.564,00**

DEMANDAS DE IMPRENSA

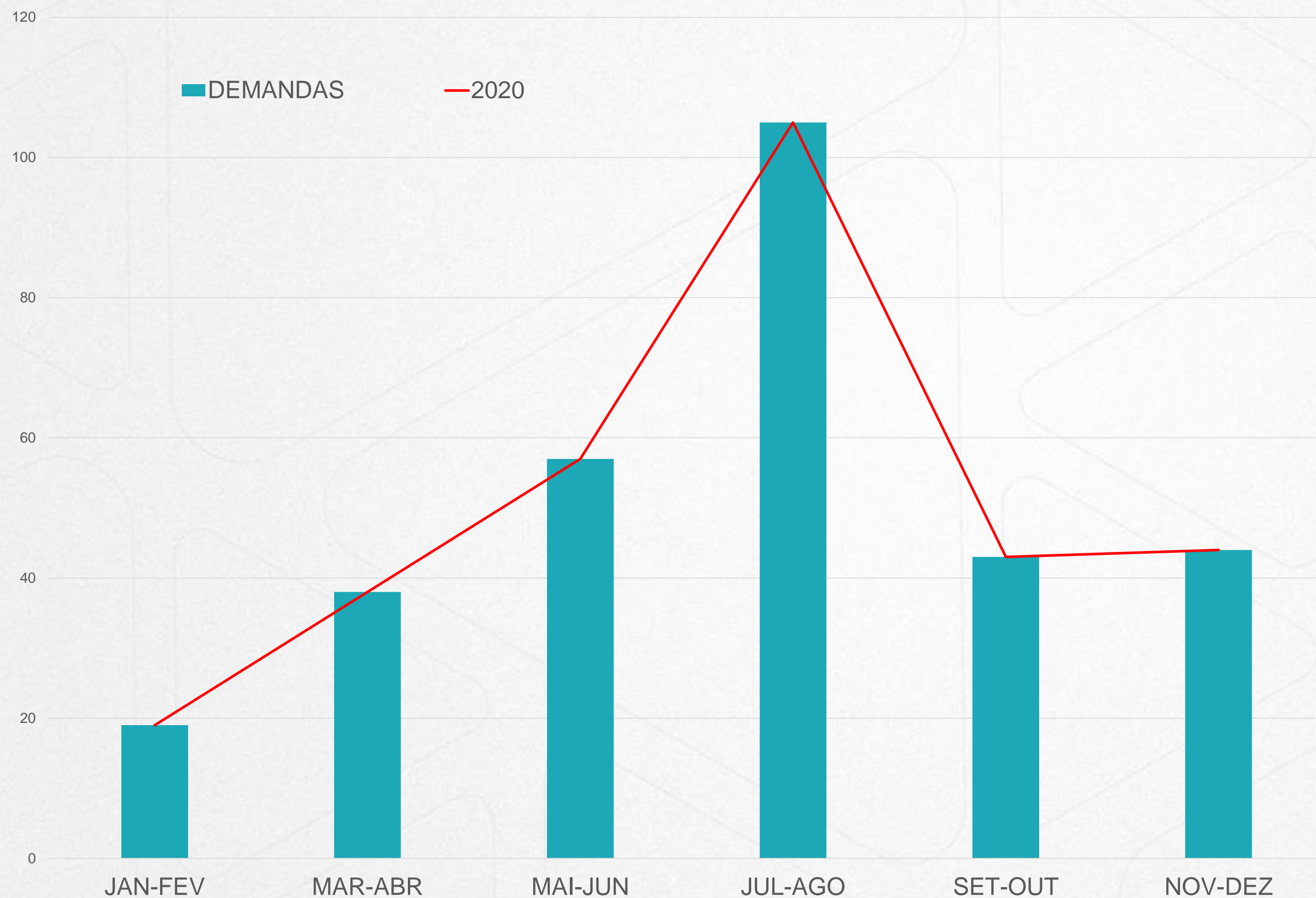
A partir de 2020, a DGBB passou a monitorar mais detalhadamente as demandas de imprensa. De janeiro a dezembro foram registradas **306** demandas de imprensa recebidas ou provocadas; Atendemos a **261** demandas com entrevistas, notas e/ou releases.

As coletivas de imprensa realizadas motivaram **62** dessas demandas, distribuídas entres os meses de abril, maio, junho, julho e novembro.

Deixamos de atender a **45**, das quais:

- 19** declinamos;
- 12** conteúdos oferecidos não foram aproveitados;
- 11** não haviam dados sobre os assuntos solicitados;
- 03** situações em que o veículo cancelou a pauta.

DEMANDAS DE IMPRENSA



MÊS	DEMANDAS
JAN - FEV	19
MAR - ABR	38
MAI - JUN	57
JUL - AGO	105
SET - OUT	43
NOV - DEZ	44
TOTAL:	306

DESTAQUES

RESULTADOS

COMPARATIVOS

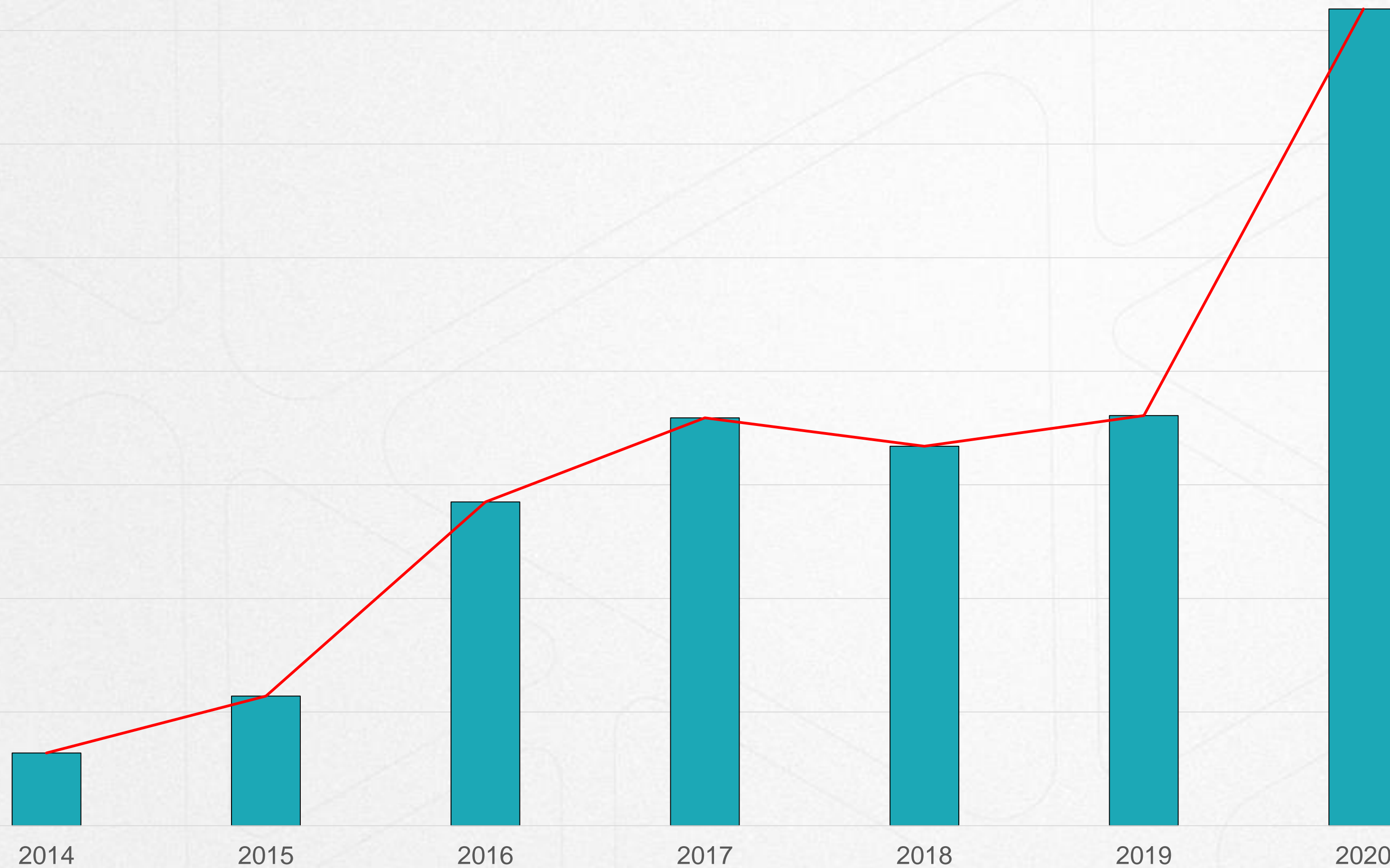
2014 A 2020



ABMES[®]

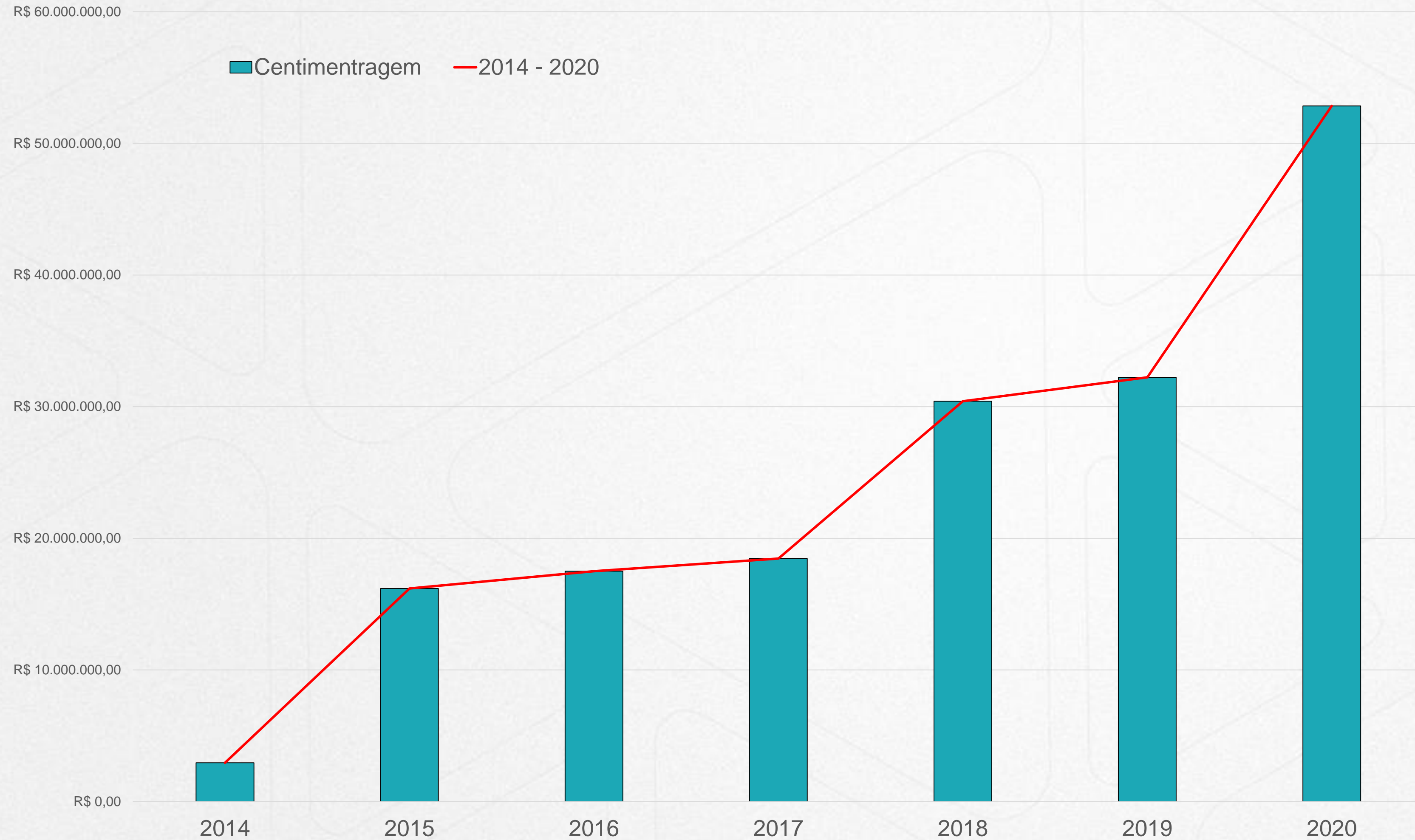
CLIPPING COMPARATIVO: 2014 A 2020

■ CLIPPING — 2014-2020



ANO	DEMANDAS
2014	64
2015	114
2016	285
2017	359
2018	334
2019	361
2020	719
TOTAL:	2.233

RETORNO DE IMAGEM COMPARATIVO: 2014 A 2020

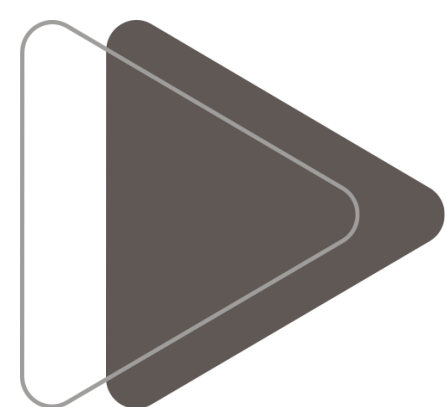


ANO	RETORNO
2014	R\$ 2.949.443,00
2015	R\$ 16.185.264,00
2016	R\$ 17.504.455,00
2017	R\$ 18.461.182,00
2018	R\$ 30.409.613,00
2019	R\$ 32.232.477,00
2020	R\$ 52.839.564,00
TOTAL:	R\$ 170.581.998,00

DESTAQUES COVID-19



ABMES[®]



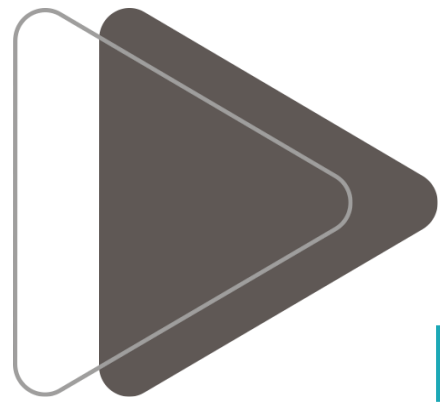
COVID-19

DGGB & ABMES

Desde maio de 2012, quando a DGGB Comunicação & Estratégia assumiu o desafio de fortalecer a imagem e o trabalho da **ABMES**, buscando atender e superar as expectativas com resultados sólidos na assessoria de imprensa e, assim, tornar a Associação referência do setor privado de educação superior nos veículos nacionais.

A partir de março de 2020, todos fomos surpreendidos com a pandemia provocada pelo novo coronavírus. Diante do desafio, a DGGB manteve o empenho e o comprometimento e, junto com a equipe da ABMES, adaptou o planejamento para as novas demandas. Entre elas, duas merecem destaque:

- Foram realizadas 5 Coletivas de imprensa sobre as pesquisas da Educa Insights com o panorama da educação superior no momento pandêmico (abril, maio, junho, junho e novembro). Os eventos on-line geraram grande repercussão e aproximaram os porta-vozes da ABMES dos jornalistas;
- Foi criado o Mapa de monitoramento das atividades presenciais das instituições particulares de ensino superior, divulgado diariamente, entre março e início de outubro, e semanalmente, entre outubro e dezembro.



COVID-19

Mapa de monitoramento das atividades presenciais nas instituições de ensino superior



MONITORAMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL



Legenda: ● sem previsão / ● com proposta de data / ● retorno autorizado

Atualizado em 21/07/2020 às 17h00



MONITORAMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, CONFORME DECRETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (CAPITAIS).



Legenda: ● sem previsão / ● com abertura parcial e/ou proposta de data / ● retorno autorizado

Atualizado em 20/08/2020 às 17h30



MONITORAMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, CONFORME DECRETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (CAPITAIS).



Legenda: ● sem previsão / ● com abertura parcial e/ou proposta de data / ● retorno autorizado

Atualizado em 01/12/2020 às 17h00

DESTAQUES TV



ABMES[®]



Publicações de Destaque TVs – 2020

JORNAL NACIONAL

Ministro da Educação se reúne com reitores para discutir a volta às aulas nas universidades

Na quarta (2), o MEC publicou uma portaria determinando que as atividades de ensino superior deverão ocorrer a partir de janeiro de forma presencial, observando o protocolo de biossegurança para evitar o contágio pelo coronavírus. Houve forte reação das instituições de ensino superior.

Por Jornal Nacional

04/12/2020 21h48 - Atualizado há 2 dias



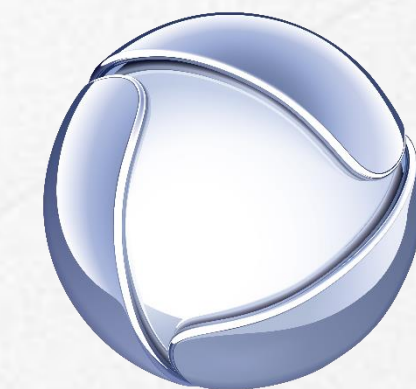
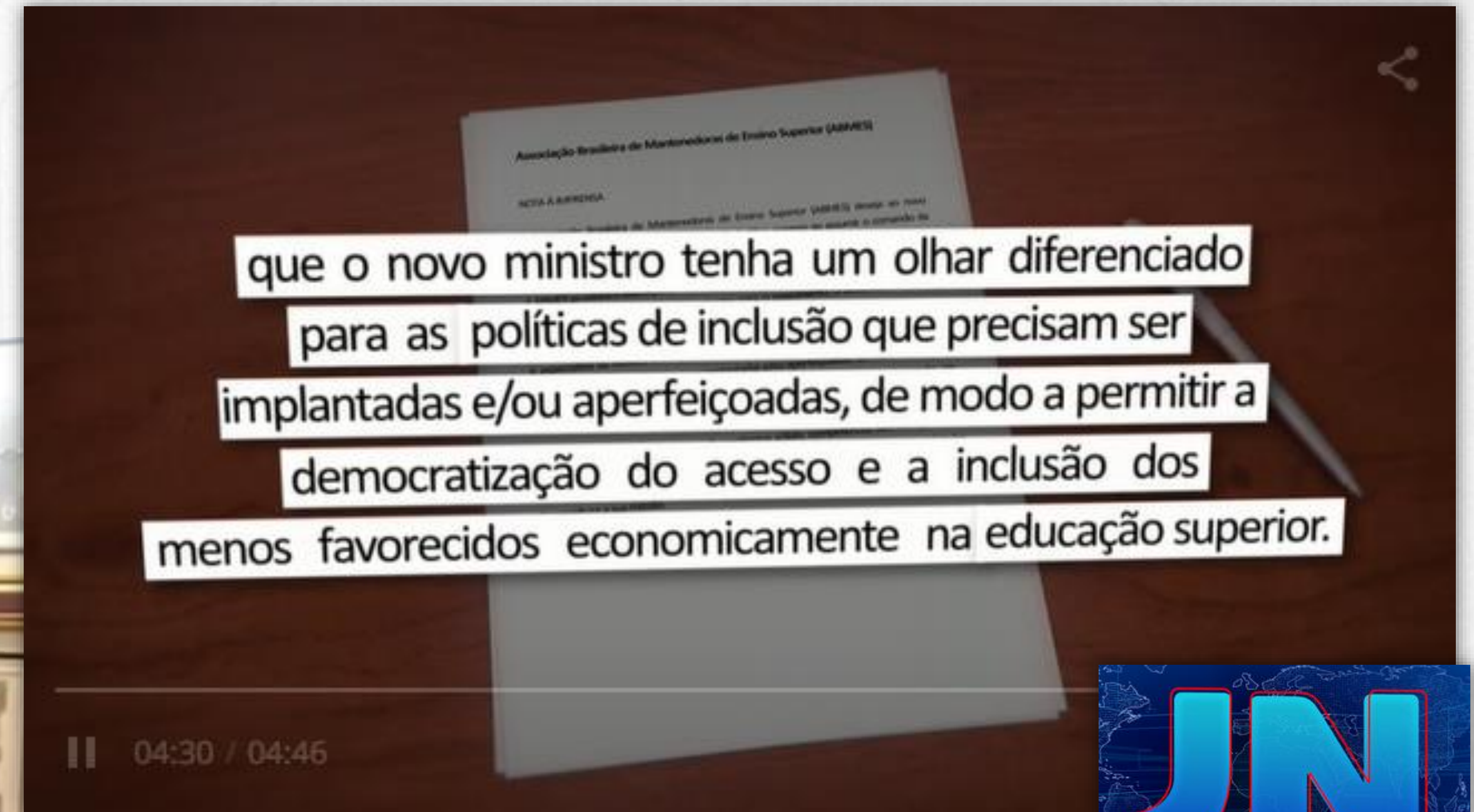
Ministro da Educação se reuniu com representantes de universidades





Publicações de Destaque

TVs – 2020



RECORDTV





Publicações de Destaque

TVs – 2020



SÓLON CALDAS
diretor executivo da ABMES

02:50 / 03:20

H

SOLON CALDAS
diretor da Associação de Mantenedoras de Ensino Superior

02:51 / 03:55

Jornal Hoje >

Alunos do ensino superior estão abandonando ou trancando cursos, diz entidade

4 min Exibição em 7 jul 2020

Evasão aumentou 31% em maio na comparação com abril.





Publicações de Destaque TVs – 2020





Publicações de Destaque

TVs – 2020





Publicações de Destaque TVs – 2020

JR NEWS

SÓLTON CALDAS - dir. executivo da ABMES

51% DOS ESTUDANTES NÃO SE INSCREVERAM PARA O VESTIBULAR

27:42 / 40:15

SÓLTON CALDAS
diretor-executivo da ABMES

01:32 / 03:08

Bom Dia Brasil >

Aumenta procura por curso de graduação na área de saúde

3 min Exibição em 24 nov 2020

Pesquisa mostra também que estudantes querem começar a estudar logo. Pandemia é umas das motivações.



DESTAQUES

IMPRESSO



ABMES[®]



Publicações de Destaque

Impresso

O GLOBO | quinta-feira 19.3.2020 | Especial Coronavírus | 17

850 MILHÕES SEM AULA, DIZ UNESCO

ESCOLAS FECHADAS AFETAM METADE DOS ALUNOS NO MUNDO



Como resposta imediata ao fechamento das escolas, a Unesco criou um grupo de trabalho para proporcionar assessoria e assistência técnica aos governos, anunciou a organização, que tem sede em Paris. A agência também estimou que cerca de 850 milhões de estudantes em todo o mundo não poderão frequentar as aulas presenciais por causa do fechamento das escolas e da suspensão de atividades extracurriculares.

UNESCO ATRIBUÍDO A GLOBO

Como resposta imediata ao fechamento das escolas, a Unesco criou um grupo de trabalho para proporcionar assessoria e assistência técnica aos governos, anunciou a organização, que tem sede em Paris. A agência também estimou que cerca de 850 milhões de estudantes em todo o mundo não poderão frequentar as aulas presenciais por causa do fechamento das escolas e da suspensão de atividades extracurriculares.

EU COMPARTILHO, VOCÊ COMPARTILHA, TODO MUNDO COMPARTILHA.

Oferta boa é assim: todo mundo quer aproveitar e contar para os amigos. Por isso, o site do Qual Oferta tem a seção Olha o Desconto, onde você encontra as promoções que outros compartilharam e pode postar as que você achou. Quanto mais pessoas compartilharem, melhor para todo mundo.

ACESSE E APROVEITE ECONOMIZAR FICOU FÁCIL

O GLOBO EXTRA EXPRESSO

850 MILHÕES SEM AULA, DIZ UNESCO

ESCOLAS FECHADAS AFETAM METADE DOS ALUNOS NO MUNDO



Estudando em casa, aluno indiano é um dos 850 milhões de crianças e adolescentes que estão sem poder ir à escola

Metade dos estudantes do mundo estão sem aulas devido à pandemia do novo coronavírus. Isso significa mais de 850 milhões de crianças e adolescentes em casa, por causado fechamento de escolas. O anúncio foi feito ontem pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Como resposta imediata ao fechamento das escolas, a Unesco criou um grupo de trabalho para proporcionar assessoria e assistência técnica aos governos, anunciou a instituição, que tem sede em Paris. A agência também está organizando reuniões virtuais periódicas com os ministros da Educação de todo o mundo para compartilhar experiências e avaliar as necessidades prioritárias.

UNIVERSIDADES À DISTÂNCIA
Ontem, o Ministério da Educação (MEC) publicou uma portaria que regulamenta a substituição de aulas presenciais por ensino à distância pelas instituições de ensino superior, enquanto durar a pandemia de coronavírus.

Com o fechamento total de escolas e universidades em 102 países e o fechamento parcial em outros 11 em consequência da pandemia, o número de estudantes sem aulas dobrou em quatro dias e deve continuar aumentando, destacou a Unesco em comunicado.

Segundo a portaria, o recurso prevê o limite de 30 dias que precisa ser prorrogado dependendo das orientações do Ministério da Saúde e órgãos sanitários nos estados. O MEC excluiu cursos de Medicina da permissão. Está-

gios e práticas em laboratório também não podem ser feitos à distância. A regra define ainda que caberá às universidades definir quais disciplinas poderão ser substituídas por educação à distância (EAD), assim como disponibilizar as ferramentas necessárias para que o conteúdo possa ser transmitido virtualmente.

gundo o comunicado da Capes, o aluno poderá voltar antes do fim do benefício ao Brasil caso esteja em alguma instituição com aulas suspensas.

Quem desejar ficar no país com a transmissão da doença, precisa comprovar que possui seguro-saúde. "A decisão de permanência é de inteira responsabilidade do bolsista", informa a agência do MEC.

Quem desejar ficar no país com a transmissão da doença, precisa comprovar que possui seguro-saúde. "A decisão de permanência é de inteira responsabilidade do bolsista", informa a agência do MEC.

— Isto impõe aos países desafios imensos para poder proporcionar um aprendizado ininterrupto a todas as crianças e jovens de maneira equitativa — afirmou a diretora geral da Unesco, Audrey Azoulay.

UNIVERSIDADES À DISTÂNCIA
Ontem, o Ministério da Educação (MEC) publicou uma portaria que regulamenta a substituição de aulas presenciais por ensino à distância pelas instituições de ensino superior, enquanto durar a pandemia de coronavírus.

UNIVERSIDADES À DISTÂNCIA
Ontem, o Ministério da Educação (MEC) publicou uma portaria que regulamenta a substituição de aulas presenciais por ensino à distância pelas instituições de ensino superior, enquanto durar a pandemia de coronavírus.

DOBOLSO
Neste caso, a bolsa será interrompida e, caso o estudante deseje retornar após a normalização das aulas, deverá pagar as passagens do próprio bolso, e a Capes retornará o pagamento das bolsas.

Já os bolsistas cujo auxílio se encerraria em março de 2020 e que estejam em países com fronteiras fechadas poderão prorrogar o pagamento da bolsa em até 60 dias. O beneficiário, no entanto, deverá procurar a coordenação para isso.

"A Capes não está mais autorizando viagem de bolsistas ou pesquisadores. As bolsas estão suspensas e deverão ser reanunciadas, quando a normalidade for restabelecida. Aos bolsistas que ainda não viajaram, a Coordenação solicita que aguardem o recebimento de novos avisos", afirma a agência. (Colaboraram Bruno Alfano, do Rio, e Paula Ferreira, de Brasília)



Publicações de Destaque

Impresso

ESTADO DE MINAS • SEÇÃO: OPINIÃO • 10 DE MARÇO DE 2020

COVID-19

Concluir a faculdade se transformou em tormenta para mais de um terço dos estudantes do ensino superior privado, ante os efeitos da pandemia

Sonho do diploma vira temor entre universitários

Ilana Oliveira

Quando o assunto é o ensino superior, a palavra reservada é pressão. E, com o avanço da pandemia de coronavírus, esse sentimento se tornou ainda mais intenso. Para os estudantes do ensino superior privado, a conclusão do curso tornou-se um desafio de proporções gigantescas. O risco de não conseguir concluir o curso em tempo hábil é real. E, para muitos, a pressão financeira também é um fator determinante. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2018, do Ministério da Educação (MEC), 58,4% dos estudantes do ensino superior privado não possuem renda própria para custear os estudos. Isso significa que, para a maioria, o custo da faculdade é suportado por familiares ou pelo próprio Estado. A situação é ainda mais delicada quando se trata de cursos de curta duração, onde o tempo disponível para a conclusão é limitado. Além disso, a pandemia trouxe o desafio adicional de manter o ritmo de estudos em um contexto de isolamento social e, muitas vezes, com o fechamento de escolas e universidades. Para quem depende de uma bolsa de estudos ou de algum tipo de auxílio financeiro, a interrupção das aulas pode significar a perda de uma fonte vital de renda. A pressão financeira, aliada à ansiedade decorrente da incerteza sobre o futuro, cria um cenário de estresse que pode comprometer o desempenho acadêmico. Muitos estudantes estão sendo obrigados a abandonar os estudos ou a buscar alternativas para continuar, como o ensino a distância ou a transferência para outras instituições. A realidade é dura, e o sonho de concluir o curso em tempo hábil está se tornando, para muitos, um temor.

OS RISCOS

O que pode levar o aluno a parar de estudar

- 58,4% temem perder o emprego
- 11,9% têm medo de que seus pais ou responsáveis não consigam arcar com as mensalidades
- 15,3% por dificuldade de adaptação ao modelo de aulas virtuais
- 7,5% poderiam desistir do curso para lidar o dinheiro para cobrir outras despesas
- 6,0% desistiram o curso caso não fossem interrompidos as aulas presenciais

Entre alunos da educação a distância, 96% querem continuar os estudos, independentemente do cenário do coronavírus

RAUL VELLOSO

O alto custo de faltar ao estudo

Quando se trata de educação superior, o custo é sempre alto. Mas, com o avanço da pandemia de coronavírus, esse custo tornou-se ainda mais elevado. Para os estudantes do ensino superior privado, a conclusão do curso tornou-se um desafio de proporções gigantescas. O risco de não conseguir concluir o curso em tempo hábil é real. E, para muitos, a pressão financeira também é um fator determinante. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2018, do Ministério da Educação (MEC), 58,4% dos estudantes do ensino superior privado não possuem renda própria para custear os estudos. Isso significa que, para a maioria, o custo da faculdade é suportado por familiares ou pelo próprio Estado. A situação é ainda mais delicada quando se trata de cursos de curta duração, onde o tempo disponível para a conclusão é limitado. Além disso, a pandemia trouxe o desafio adicional de manter o ritmo de estudos em um contexto de isolamento social e, muitas vezes, com o fechamento de escolas e universidades. Para quem depende de uma bolsa de estudos ou de algum tipo de auxílio financeiro, a interrupção das aulas pode significar a perda de uma fonte vital de renda. A pressão financeira, aliada à ansiedade decorrente da incerteza sobre o futuro, cria um cenário de estresse que pode comprometer o desempenho acadêmico. Muitos estudantes estão sendo obrigados a abandonar os estudos ou a buscar alternativas para continuar, como o ensino a distância ou a transferência para outras instituições. A realidade é dura, e o sonho de concluir o curso em tempo hábil está se tornando, para muitos, um temor.

COVID-19

Concluir a faculdade se transformou em tormenta para mais de um terço dos estudantes do ensino superior privado, ante os efeitos da pandemia

Sonho do diploma vira temor entre universitários

Ilana Oliveira
reportagem para o TM

Quando o assunto é o ensino superior, a palavra reservada é pressão. E, com o avanço da pandemia de coronavírus, esse sentimento se tornou ainda mais intenso. Para os estudantes do ensino superior privado, a conclusão do curso tornou-se um desafio de proporções gigantescas. O risco de não conseguir concluir o curso em tempo hábil é real. E, para muitos, a pressão financeira também é um fator determinante. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2018, do Ministério da Educação (MEC), 58,4% dos estudantes do ensino superior privado não possuem renda própria para custear os estudos. Isso significa que, para a maioria, o custo da faculdade é suportado por familiares ou pelo próprio Estado. A situação é ainda mais delicada quando se trata de cursos de curta duração, onde o tempo disponível para a conclusão é limitado. Além disso, a pandemia trouxe o desafio adicional de manter o ritmo de estudos em um contexto de isolamento social e, muitas vezes, com o fechamento de escolas e universidades. Para quem depende de uma bolsa de estudos ou de algum tipo de auxílio financeiro, a interrupção das aulas pode significar a perda de uma fonte vital de renda. A pressão financeira, aliada à ansiedade decorrente da incerteza sobre o futuro, cria um cenário de estresse que pode comprometer o desempenho acadêmico. Muitos estudantes estão sendo obrigados a abandonar os estudos ou a buscar alternativas para continuar, como o ensino a distância ou a transferência para outras instituições. A realidade é dura, e o sonho de concluir o curso em tempo hábil está se tornando, para muitos, um temor.

OS RISCOS

O que pode levar o aluno a parar de estudar

- 58,4% temem perder o emprego
- 11,9% têm medo de que seus pais ou responsáveis não consigam arcar com as mensalidades
- 15,3% por dificuldade de adaptação ao modelo de aulas virtuais
- 7,5% poderiam desistir do curso para lidar o dinheiro para cobrir outras despesas
- 6,0% desistiram o curso caso não fossem interrompidos as aulas presenciais

Entre alunos da educação a distância, 96% querem continuar os estudos, independentemente do cenário do coronavírus

DIGITAL Em meio à crise de saúde e financeira, é preciso gerir outros transformos causados pelo adaptação recorde a um modelo 100% online. Para não perder o semestre, os alunos fizeram da sala de casa, literalmente, a sala de aula. Professores ao vivo pelo teclado do computador se tornaram realidade; também se tornaram realidade: muitos estavam acostumados a disponibilizar previamente conteúdos para os alunos para que, presencialmente, a discussão pudesse ser incrementada, conta a CEO do GSA Educacional, Débora Guerra, vice-presidente da Abmes. “Tivemos de encontrar soluções rápidas porque trabalhamos com semestre. Um conteúdo perdido num dia de aula é muito coisa. Não queremos atrasar a formação, pois esse processo de aprendizagem é a realização do sonho de uma carreira.”

Para Daniel Infante, sócio-fundador da Educa Insights, a experiência atual servirá para antecipar um fenômeno no qual o Brasil já está atrasado em relação a outros países: o modelo híbrido de ensino. O ensino presencial mantém seu lugar – e não há chance de ele desaparecer – mas com mudanças: “Com carga maior de tecnologia, mobilização”,

Sem apagão

Foys Quantia*

Com mais pessoas em casa por causa do isolamento social necessário para conter o coronavírus, é possível imaginar que o consumo de energia elétrica aumentaria nesse período. Mas não é isso que números da Cemig mostram, pelo menos por enquanto. Segundo a companhia, até 28 de março o consumo de energia elétrica no mês em Minas Gerais foi de 6.153 megawatts (MW). Enquanto isso, o consumo de janeiro foi de 6.182MW, e de fevereiro de 6.308MW.

O gás também não aumentou na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Até o dia 28, a empresa registrou consumo de 1.539MW na RMBH em março. Em janeiro foram 1.552MW em fevereiro, 1.580MW. A companhia inclusive prevê queda de até 9% no consumo de energia elétrica em abril, considerando a continuidade do isolamento social. A projeção para todo o estado é de 57,4QWh e para a RMBH de 1.437MW.

O motivo para a expectativa de baixa, de acordo com a Cemig,

seria a redução da atividade da indústria e comércio, que consomem mais energia elétrica que as residências. Ou seja, um possível consumo maior nas casas foi compensado por uma redução nesses estabelecimentos, que foram em sua maioria impedidos de funcionar.

Segundo a Cemig, não há risco de apagão ou falhas na rede elétrica nas próximas semanas, já que o sistema elétrico funciona normalmente. Quanto aos serviços de manutenção, a concessionária informou que o foco está na correção de problemas emergenciais.

*Estágio sob supervisão de seu chefe, Marta Vitor



Publicações de Destaque

Impresso



NEGÓCIOS

O REMÉDIO DA EDUCAÇÃO

Instituições particulares adotam métodos digitais de aprendizado para evitar interrupção das aulas, cumprir carga horária e diminuir impactos da pandemia

Angelo VEROTTI

Lousa em branco (ou desligada), carteiras vazias, luzes apagadas. A ausência de estudantes nas salas, que poderia anunciar a chegada do fim de semana, passou a refletir, após o anúncio da pandemia, um cenário comum a muitas escolas do País. Para evitar a interrupção das atividades e garantir o cumprimento da carga horária mínima obrigatória, seja na escolaridade de ensino infantil, seja nas universidades e escolas de negócios, o conteúdo agora chega por meio de aplicativos e plataformas. São soluções que permitem postagem de tarefas, chats, fóruns de discussão, videoaulas ou mesmo aulas em tempo real e videoconferências.

Na Saint Paul Escola de Negócios, que tem unidades no Jardim Paulista e na Vila Olímpia, ambas em São Paulo e, em Fortaleza, as aulas presenciais foram suspensas no dia 13 de março. Para as aulas remotas, entrou em cena a plataforma digital LIT. "Para os nossos professores, essa adaptação foi bem mais fácil, porque não se iniciou com a pandemia e, sim, há cerca de quatro ou cinco anos", destaca o sócio e reitor Adriano Mussa.

Diretor acadêmico e de pesquisas em Inteligência Artificial da Saint Paul, Mussa diz que o ensino digital permite que o aluno aprenda em qualquer tempo, lugar e modo. "Conseguimos passar o controle remoto para a mão dele, o que no presencial é muito difícil, porque quem dita o ritmo é o professor", afirma. Quanto a possível inadimplência em razão de desemprego e queda de receita vinda dos alunos, Mussa diz que esse índice segue sem flutuações. "O mundo inteiro teme essa recessão mais pesada, mas educação é um setor um pouco mais resiliente."

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) destaca que suas 2,3 mil associadas, com 6,3 milhões de alunos, também passaram a oferecer turmas com atividades remotas. O objetivo é atender ao programa das disciplinas previstas para o curso presencial contratado pelo aluno. Para a entidade, aulas digitais não reduziram os custos das instituições, que arcam também com a manutenção do quadro acadêmico. "Elas têm feito mais investimentos tecnológicos para dar conta deste momento atípico pelo qual passa o mundo com o coronavírus."

O programa de Educação Executiva da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com cursos presenciais em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo também passou por adaptações para manter as atividades. O que incluiu mais investimentos. A instituição diz adotar o que há de mais moderno em tecnologia para minimizar o distanciamento social, sem a perda da qualidade de ensino e também não registrou aumento significativo da inadimplência. Além disso, foram disponibilizados 55 cursos on-line e gratuitos a toda a população no período de quarentena.

O empresário Janguiê Diniz, presidente do Grupo Ser Educacional (200 mil alunos no total) e vice-presidente da ABMES, sugere aos donos de estabelecimentos educacionais que trabalhem para cortar custos e prorroguem pagamentos para manter o caixa e ter condições de se reerguer após a pandemia. O recuo de queda de receita e de matriculados faz com que algumas instituições



UM FIM DE SEMANA QUARENTENA, O ENSINO A DISTÂNCIA GANHOU FORÇA EM TODO O PAÍS

estudem modalidades de financiamentos para alunos que percam o emprego ou tenham redução de renda. É o caso do Grupo Cogna (Kroton, Platos, Saber e Vasta Educação/Somos Educação), que possui cerca de 800 mil alunos no ensino superior e 35 mil no básico.

AMBIENTE DIGITAL O executivo Daniel Castanho, presidente do Conselho de Administração do Grupo Ânima, que tem no portfólio a Universidade São Judas (18 mil alunos e 8 mil professores), afirma que adoção da aprendizagem digital durante a quarentena deve acabar com a resistência ao Ensino a Distância (EAD), embora diferencie os dois modelos. Num, há teleconferências reunindo alunos em um mesmo local. No EAD, professores da educação e alunos estão em lugares e tempos diferentes. "Na noite do dia 19 de março, tivemos 1.279 turmas simultâneas, com as aulas ocorrendo normalmente em ambiente digital", diz.



“Conseguimos passar o controle remoto para a mão do aluno, o que no presencial é muito difícil, porque quem dita o ritmo é o professor”

ADRIANO MUSSA
SÓCIO E REITOR DA SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS

O aprendizado a distância e o pagamento das mensalidades dos estudantes estão entre as principais preocupações dos pais - e das escolas - dos ensinos infantil, fundamental e médio durante a quarentena causada pela pandemia. O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Siesesp), que representa 10 mil instituições privadas, com 2,3 milhões de estudantes, recomendou férias neste mês para que os estabelecimentos consigam se adaptar ao modelo. O presidente da entidade, Benjamin Ribeiro da Silva, acredita que muitos não terão condições financeiras de investir em equipamentos e vê na reposição de aulas a saída para o cumprimento da carga horária mínima de 800 horas, determinadas pelo Ministério da Educação. Segundo o Censo 2018 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Brasil tem 40 mil estabelecimentos privados, que atendem a quase 9 milhões de alunos.

TEMPOS DIFÍCEIS O consultor Roberto Prado, diretor da Associação Brasileira de Escolas Particulares (Abepaz), que reúne as principais escolas de elite de São Paulo, prevê período de dificuldades às instituições e aos pais. Ele lembra que no Brasil há escolas com apenas 50 alunos e outras com 10 mil. Algumas cobram menos de R\$ 500 de mensalidade e outras, R\$ 10 mil. Mas reforça que o ensino a distância, implementado em caráter de urgência, não representa economia para os estabelecimentos. Prado recomenda aos pais em dificuldade financeira que negociem com as escolas. "O melhor caminho, num momento como este de grande crise, é a conversão", observa o consultor.

Ao analisar o processo de transformação das instituições para se adaptarem ao ensino digital, a pedagoga Marilaine Piergentile, diretora da Rede Adventista da região do ABC e Baixada Santista, no Estado de São Paulo, afirma que a linguagem virtual faz parte do cotidiano das crianças e adolescentes e que, independentemente da duração da pandemia, a educação não irá parar. Ela enxerga na crise provocada pelo coronavírus uma possibilidade de sair mais forte. "É o momento da autogestão da aprendizagem", diz a pedagoga.



Publicações de Destaque

Impresso

Projetos tentam obrigar escolas a dar desconto em mensalidades

Órgãos de defesa do consumidor e juristas alertam para possibilidade de propostas serem inconstitucionais

Isabela Palhares

SÃO PAULO Em ao menos 11 estados, na Câmara dos Deputados e no Senado foram protocolados projetos de lei para obrigar escolas e faculdades particulares a dar desconto nas mensalidades durante a pandemia do coronavírus. A entidade calcula que, mesmo após o fim da suspensão das aulas, as escolas enfrentem uma alta na inadimplência com a crise econômica. A taxa, que nos últimos anos estabilizou entre 10% e 15%, já é projetada em torno de 45%. "Preferimos evitar que os pais tenham de tirar os filhos da rede privada. Orientamos que os casos sejam negociados individualmente e que se criem condições de reparcelamento", disse Pereira.

Para entidades que representam escolas e faculdades da rede privada, a imposição de um desconto linear pode levar a demissões, queda na qualidade do ensino e até fechamento de algumas unidades. Também defendem que a medida impedirá que as instituições possam atender com reduções mais significativas famílias que tiveram maior perda de renda no período.

A Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça, fez um levantamento com as secretarias estaduais de educação para analisar a planilha de custos das escolas e encontrou realidades distintas. No fim de março, o órgão disse não haver fundamento jurídico para solicitar desconto por suspensão das aulas presenciais. "Pode ser que algumas instituições tenham tido redução de custos, mas o que encontramos é que, em média, 75% dos custos são com professores. Esse é um custo que não muda. Não nos parece ser uma boa política pública estabelecer um percentual igual", disse Juliana Domingues, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Ela disse ter analisado os projetos de lei apresentados e não encontrou justificativa de cálculo feito para estabelecer os valores de desconto. A maioria das propostas fala em uma redução de 30% a todos os alunos. É o caso do projeto apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). O mesmo valor foi proposto por deputados estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia e Pará.

"A proposta tem que ser proporcional à realidade das escolas. É preciso considerar que a rede particular é muito distinta. A maioria dos colégios privados são pequenos, com a maioria do custo ligado ao salário dos professores. Não é a mesma situação de escolas ligadas a grandes grupos educacionais", disse Juliana.

O deputado estadual Rodrigo Gambale (PSP-SL), autor do projeto para as instituições de ensino paulistas, disse ter estabelecido o valor de 20% de desconto para as famílias. A Folha mostrou que escolas descontaram valores relativos a serviços extra, como refeitório, cursos extracurriculares e período integral.

"Não é possível pegar casos isolados, muitas vezes de colégios com mensalidades de R\$ 8.000, e querer aplicar a toda a rede particular. Isso vai criar um efeito pior para a economia, que é demissão de professores e fechamento das escolas. Vaiser ruim para as famílias futuramente", disse Ademir Pereira, presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), que representa 42 mil unidades.

A entidade calcula que, mesmo após o fim da suspensão das aulas, as escolas enfrentem uma alta na inadimplência com a crise econômica. A taxa, que nos últimos anos estabilizou entre 10% e 15%, já é projetada em torno de 45%. "Preferimos evitar que os pais tenham de tirar os filhos da rede privada. Orientamos que os casos sejam negociados individualmente e que se criem condições de reparcelamento", disse Pereira.

Para entidades que representam escolas e faculdades da rede privada, a imposição de um desconto linear pode levar a demissões, queda na qualidade do ensino e até fechamento de algumas unidades. Também defendem que a medida impedirá que as instituições possam atender com reduções mais significativas famílias que tiveram maior perda de renda no período.

A Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça, fez um levantamento com as secretarias estaduais de educação para analisar a planilha de custos das escolas e encontrou realidades distintas. No fim de março, o órgão disse não haver fundamento jurídico para solicitar desconto por suspensão das aulas presenciais. "Pode ser que algumas instituições tenham tido redução de custos, mas o que encontramos é que, em média, 75% dos custos são com professores. Esse é um custo que não muda. Não nos parece ser uma boa política pública estabelecer um percentual igual", disse Juliana Domingues, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Ela disse ter analisado os projetos de lei apresentados e não encontrou justificativa de cálculo feito para estabelecer os valores de desconto. A maioria das propostas fala em uma redução de 30% a todos os alunos. É o caso do projeto apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). O mesmo valor foi proposto por deputados estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia e Pará.

"A proposta tem que ser proporcional à realidade das escolas. É preciso considerar que a rede particular é muito distinta. A maioria dos colégios privados são pequenos, com a maioria do custo ligado ao salário dos professores. Não é a mesma situação de escolas ligadas a grandes grupos educacionais", disse Juliana.

O deputado estadual Rodrigo Gambale (PSP-SL), autor do projeto para as instituições de ensino paulistas, disse ter estabelecido o valor de 20% de desconto para as famílias. A Folha mostrou que escolas descontaram valores relativos a serviços extra, como refeitório, cursos extracurriculares e período integral.

"Não é possível pegar casos isolados, muitas vezes de colégios com mensalidades de R\$ 8.000, e querer aplicar a toda a rede particular. Isso vai criar um efeito pior para a economia, que é demissão de professores e fechamento das escolas. Vaiser ruim para as famílias futuramente", disse Ademir Pereira, presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), que representa 42 mil unidades.

Projetos tentam obrigar escolas a dar desconto em mensalidades

Órgãos de defesa do consumidor e juristas alertam para possibilidade de propostas serem inconstitucionais

Isabela Palhares

SÃO PAULO Em ao menos 11 estados, na Câmara dos Deputados e no Senado foram protocolados projetos de lei para obrigar escolas e faculdades particulares a dar desconto nas mensalidades durante a pandemia do coronavírus. A entidade calcula que, mesmo após o fim da suspensão das aulas, as escolas enfrentem uma alta na inadimplência com a crise econômica. A taxa, que nos últimos anos estabilizou entre 10% e 15%, já é projetada em torno de 45%. "Preferimos evitar que os pais tenham de tirar os filhos da rede privada. Orientamos que os casos sejam negociados individualmente e que se criem condições de reparcelamento", disse Pereira.

Para entidades que representam escolas e faculdades da rede privada, a imposição de um desconto linear pode levar a demissões, queda na qualidade do ensino e até fechamento de algumas unidades. Também defendem que a medida impedirá que as instituições possam atender com reduções mais significativas famílias que tiveram maior perda de renda no período.

A Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça, fez um levantamento com as secretarias estaduais de educação para analisar a planilha de custos das escolas e encontrou realidades distintas. No fim de março, o órgão disse não haver fundamento jurídico para solicitar desconto por suspensão das aulas presenciais. "Pode ser que algumas instituições tenham tido redução de custos, mas o que encontramos é que, em média, 75% dos custos são com professores. Esse é um custo que não muda. Não nos parece ser uma boa política pública estabelecer um percentual igual", disse Juliana Domingues, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Ela disse ter analisado os projetos de lei apresentados e não encontrou justificativa de cálculo feito para estabelecer os valores de desconto. A maioria das propostas fala em uma redução de 30% a todos os alunos. É o caso do projeto apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). O mesmo valor foi proposto por deputados estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia e Pará.

"A proposta tem que ser proporcional à realidade das escolas. É preciso considerar que a rede particular é muito distinta. A maioria dos colégios privados são pequenos, com a maioria do custo ligado ao salário dos professores. Não é a mesma situação de escolas ligadas a grandes grupos educacionais", disse Juliana.

O deputado estadual Rodrigo Gambale (PSP-SL), autor do projeto para as instituições de ensino paulistas, disse ter estabelecido o valor de 20% de desconto para as famílias. A Folha mostrou que escolas descontaram valores relativos a serviços extra, como refeitório, cursos extracurriculares e período integral.

"Não é possível pegar casos isolados, muitas vezes de colégios com mensalidades de R\$ 8.000, e querer aplicar a toda a rede particular. Isso vai criar um efeito pior para a economia, que é demissão de professores e fechamento das escolas. Vaiser ruim para as famílias futuramente", disse Ademir Pereira, presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), que representa 42 mil unidades.

Projetos tentam obrigar escolas a dar desconto em mensalidades

Órgãos de defesa do consumidor e juristas alertam para possibilidade de propostas serem inconstitucionais

Isabela Palhares

SÃO PAULO Em ao menos 11 estados, na Câmara dos Deputados e no Senado foram protocolados projetos de lei para obrigar escolas e faculdades particulares a dar desconto nas mensalidades durante a pandemia do coronavírus. A entidade calcula que, mesmo após o fim da suspensão das aulas, as escolas enfrentem uma alta na inadimplência com a crise econômica. A taxa, que nos últimos anos estabilizou entre 10% e 15%, já é projetada em torno de 45%. "Preferimos evitar que os pais tenham de tirar os filhos da rede privada. Orientamos que os casos sejam negociados individualmente e que se criem condições de reparcelamento", disse Pereira.

Para entidades que representam escolas e faculdades da rede privada, a imposição de um desconto linear pode levar a demissões, queda na qualidade do ensino e até fechamento de algumas unidades. Também defendem que a medida impedirá que as instituições possam atender com reduções mais significativas famílias que tiveram maior perda de renda no período.

A Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça, fez um levantamento com as secretarias estaduais de educação para analisar a planilha de custos das escolas e encontrou realidades distintas. No fim de março, o órgão disse não haver fundamento jurídico para solicitar desconto por suspensão das aulas presenciais. "Pode ser que algumas instituições tenham tido redução de custos, mas o que encontramos é que, em média, 75% dos custos são com professores. Esse é um custo que não muda. Não nos parece ser uma boa política pública estabelecer um percentual igual", disse Juliana Domingues, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Ela disse ter analisado os projetos de lei apresentados e não encontrou justificativa de cálculo feito para estabelecer os valores de desconto. A maioria das propostas fala em uma redução de 30% a todos os alunos. É o caso do projeto apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE). O mesmo valor foi proposto por deputados estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia e Pará.

"A proposta tem que ser proporcional à realidade das escolas. É preciso considerar que a rede particular é muito distinta. A maioria dos colégios privados são pequenos, com a maioria do custo ligado ao salário dos professores. Não é a mesma situação de escolas ligadas a grandes grupos educacionais", disse Juliana.

O deputado estadual Rodrigo Gambale (PSP-SL), autor do projeto para as instituições de ensino paulistas, disse ter estabelecido o valor de 20% de desconto para as famílias. A Folha mostrou que escolas descontaram valores relativos a serviços extra, como refeitório, cursos extracurriculares e período integral.

"Não é possível pegar casos isolados, muitas vezes de colégios com mensalidades de R\$ 8.000, e querer aplicar a toda a rede particular. Isso vai criar um efeito pior para a economia, que é demissão de professores e fechamento das escolas. Vaiser ruim para as famílias futuramente", disse Ademir Pereira, presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), que representa 42 mil unidades.



ROCK! CLASSIC POP! ESPORTES!

T 100,1 FM

REDESCUBRA...



Publicações de Destaque

Impresso

B4 | Valor | Quarta e quinta-feira, 10 e 11 de junho de 2020

Empresas Serviços&Tecnologia

Telefonia Presidente da Vivo fala das barreiras ao 5G na 'Live do Valor'

Avanço da digitalização tropeça em leis obsoletas

Alexandre Melo De São Paulo

As legislações vigentes no país para a instalação de antenas de telefonia (ETBs, na sigla em inglês) precisam ser revistas com urgência após a pandemia. Sem isso, o avanço da digitalização e a ampliação da cobertura com as tecnologias 4G e 5G nas zonas periféricas podem ficar comprometidos, disse Christian Gebara, presidente da Telefonia Brasil, dona da Vivo.

“O problema do licenciamento de antenas é gravíssimo. São mais de 300 legislações municipais para seguir”, afirmou ontem Gebara, entrevistado da ‘Live do Valor’. As regras exigem documentação e também mínimos dos terrenos para instalação das torres, e rias com largura de 10 metros, requisitos que as muitas



Christian Gebara, diretor-presidente da Telefonia. “O problema de licenciamento das antenas é gravíssimo. São mais de 300 legislações municipais para seguir”

Na crise, computador volta a ser objeto de desejo do consumidor

Equipamentos

Custavo Brito De São Paulo

O mercado de computadores atingiu durante a pandemia um novo pico por volume de vendas, depois das oscilações verificadas desde seu auge em 2013. Nos últimos anos, a queda foi constante, mas agora até faltam equipamentos em algumas lojas.



Hélio Roteberg, presidente da Positivo Tecnologia, falando em uma live.

“A primeira percepção era que o mercado seria diferente”, disse ao Valor Hélio Roteberg, presidente da Positivo Tecnologia. “Em abril estávamos muito pessimistas. Mas vendemos tudo, tem semanas que fazemos 40% a mais do que era imaginado.”

A demanda gerada pelo “home office” e pela educação a distância impulsionaram a procura pelos equipamentos, com aceleração das vendas a partir de março, disse o executivo. Primeiramente, os computadores eram as empresas, depois os consumidores. O movimento pegou os fabricantes desprevenidos e gerou dificuldades no abastecimento.

“Tive bancas comprando 2 mil máquinas novas no varejo porque não tinha produtos disponíveis”, disse Roteberg. As vendas no mercado de computadores cresceram 18% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, com 1,5 milhão de unidades. No acumulado do ano, o avanço é de 8%, com 6 milhões de máquinas vendidas. Já a Positivo vendeu 157,7 mil unidades no trimestre, com alta de 16,3% em base anual.

Para Roteberg, é difícil prever por quanto tempo essa demanda aquecida vai se manter. Mas sua expectativa é que o mercado ter-

Em 2022, curso on-line vai superar presencial

Ensino superior

Beth Koike De São Paulo

A pandemia vai acelerar a expansão do ensino a distância na graduação. A expectativa era que o volume de alunos em cursos on-line superasse a quantidade de matriculados no modelo presencial em 2023, mas esse movimento será antecipado em um ano, ou seja, deve ocorrer em 2022, segundo projeções da consultoria Educa Insights.

A base total de alunos no ensino superior privado é de 4,5 milhões em cursos presenciais e 1,8 milhão na graduação on-line, segundo o último levantamento do Ministério da Educação (MEC), referente ao ano de 2018.

“Levando-se em consideração que, desde o ano passado, a quantidade de calouros de cursos 100% on-line ou híbridos é maior que o total de matrículas no EAD [ensino a distância]”, vai virar e se manterá em 2022”, disse Daniel Infante, sócio da Educa Insights.

Ele estima 1,3 milhão de novas matrículas em cursos presenciais e 1,6 milhão no on-line em 2022. No ano seguinte, o número de calouros estudando virtualmente deve ser de 2,5 milhões, ante 1,4 milhão no presencial.

Essa antecipação será decorrente da queda de renda e do desemprego, que devem levar as pessoas a optar por cursos on-line, cuja mensalidade é mais barata, e também devido à migração para o ambiente digital diante do isolamento social. Nos últimos especialistas do setor, a resistência às aulas remotas foi rompida na pandemia. “O nível de satisfação de alunos e professores é elevado, e com isso

Em 2022, curso on-line vai superar presencial

Ensino superior

Beth Koike De São Paulo

A pandemia vai acelerar a expansão do ensino a distância na graduação. A expectativa era que o volume de alunos em cursos on-line superasse a quantidade de matriculados no modelo presencial em 2023, mas esse movimento será antecipado em um ano, ou seja, deve ocorrer em 2022, segundo projeções da consultoria Educa Insights.

acredito que haverá maior demanda pelo EAD. Além dos cursos 100% on-line, os alunos podem querer fazer algumas disciplinas a distância”, disse Celso Niskier, presidente da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), acrescentando que os cursos híbridos são uma das principais tendências do setor.

A base total de alunos no ensino superior privado é de 4,5 milhões em cursos presenciais e 1,8 milhão na graduação on-line, segundo o último levantamento do Ministério da Educação (MEC), referente ao ano de 2018.

“Levando-se em consideração que, desde o ano passado, a quantidade de calouros de cursos 100% on-line ou híbridos é maior que o total de matrículas no EAD [ensino a distância]”, vai virar e se manterá em 2022”, disse Daniel Infante, sócio da Educa Insights. Ele estima 1,3 milhão de novas matrículas em cursos presenciais e 1,6 milhão no on-line em 2022. No ano seguinte, o número de calouros estudando virtualmente deve ser de 2,5 milhões, ante 1,4 milhão no presencial.

O estudo da Educa Insights, que entrevistou 1,6 mil alunos, mostra ainda que, entre abril e junho, o volume de pessoas interessadas em ingressar na graduação presencial neste vestibular de inverno caiu 58%. Nos cursos a distância, a redução foi de 9%.

A maioria está adiando o ingresso no ensino superior presencial para 2021 ou quando a situação se normalizar. Infante destaca que as instituições de ensino que não possuem cursos on-line vão enfrentar dificuldades. “Entre os potenciais interessados em ingressar no ensino superior no meio do ano, 18% tinham intenção de se matricular em cursos presenciais, mas optaram pelo EAD por causa do isolamento”, disse o sócio da Educa Insights.

Segundo o presidente da Abmes, a demanda por cursos on-line vai levar a uma consolidação ainda maior no setor, uma vez que as faculdades precisam fazer investimentos altos em plataformas tecnológicas e muitas faculdades de menor porte não dispõem desses recursos. “Vai ser um cenário desafiador porque os cursos a distância têm um ticket médio menor, mas uma alternativa são os cursos híbridos que tem uma mensalidade maior”, disse Niskier, que é dono da Unicarrioca. Em sua instituição, os cursos estão sendo ministrados com novas ferramentas digitais, além de aulas de inteligência artificial e ciência de dados

Agenda Tributária

Até 30 de junho de 2020

Estado	Evento	Data	Descrição
AC	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
AM	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
AP	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
BA	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
CE	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
DF	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
ES	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
GO	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
MA	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
MG	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
MS	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
MT	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
PA	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
PB	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
PE	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
PI	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
PR	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
RJ	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
RN	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
RO	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
RS	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
SC	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
SE	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
SP	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.
TO	Imposto de Renda	30/06	Encerramento do ano fiscal para pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.



Publicações de Destaque

Impresso

Empresas Serviços&Tecnologia

Telecomunicações Só telefonia móvel deve render R\$ 15 bilhões

Com venda de ativos, Oi prevê obter R\$ 22,8 bi

Rodrigo Carro De Rê

A Oi espera levantar pelo menos R\$ 22,8 bilhões com a venda de ativos a partir de outubro deste ano. Só pelo conjunto de ativos de telefonia móvel, a operadora estipula preço mínimo de R\$ 15 bilhões, conforme indica proposta de alteração do plano de recuperação judicial apresentada ontem pela companhia. Fora sair do papel, a proposta precisa ser aprovada numa nova assembleia geral de credores, marcada para agosto.

A saída encontrada pela empresa para dar segurança jurídica a essas alterações foi a criação de unidades produtivas isoladas (UPIs). Figura prevista em lei, a UPI permite a uma companhia em recuperação judicial vender ativos a terceiros sem incorrer em sucessão de débitos. "Se não existisse a figura das UPIs, qual seria o problema? Você teria um ativo vendido que entretanto estaria vinculado, amarrado, a todas as obrigações do plano de recuperação", afirmou Rodrigo Abreu, diretor-presidente da Oi.

No aditamento (acréscimo) ao plano de recuperação original, a Oi propõe a segregação de ativos em quatro unidades produtivas isoladas: torres de telefonia móvel, data centers, ativos móveis e uma quarta que será constituída por uma participação na Infra Co, nome provisório da empresa de infraestrutura de rede que a Oi planeja criar.

A UPI de torres engloba 657 torres de telefonia móvel e mais a infraestrutura instalada em 225 ambientes fechados (shoppings, hotéis e centros). Junta, as torres e cinco data centers à venda têm preço mínimo de R\$ 12,2 bilhões. Prevista para ser concluída no quarto trimestre de 2021, a venda da UPI de ativos móveis deverá render pelo menos R\$ 15 bilhões à operadora.

A Oi planeja ainda levantar ao menos R\$ 6,5 bilhões com a venda de uma participação na Infra Co. Esse valor corresponderia a uma fatia de 25% no capital votante da companhia, mas a operadora está disposta a se desfazer de até 51% das ações ordinárias.

A Infra Co ofereceria infraestrutura de maneira neutra, inde-

pendente, podendo atender inclusive a competidores da Oi. Essa nova empresa concentraria 388 mil quilômetros de rede de fibra óptica e 43 mil quilômetros de fibra de cobre, com capacidade de 3,80 terabits por segundo. A ideia é que a empresa funcione como uma "habilitadora" de 5G, ou seja, que a expansão da tecnologia de quinta geração dependa da conexão por fibra das antenas de telefonia móvel.

Além da Infra Co, a Oi quer criar — por meio de uma reorganização da sua estrutura — uma segunda empresa independente e complementar. Apoiada por consórcio de Oi Client Co, a companhia seria voltada para a prestação de serviços aos clientes residenciais e empresariais. Em teleconferência com analistas realizada ontem, Rodrigo Abreu explicou que a intenção da operadora é permitir que cada parte concentre esforços no seu segmento de atuação específico, seja de um mercado de atacado (como no caso da Infra Co) ou o cliente final (Oi Client Co).

A separação estrutural também permite, segundo ele, um crescimento de mercado, com a utilização mais efetiva dos investimentos. "A empresa de infraestrutura em si, ela tem um potencial econômico de ser uma empresa de valor equitativo, em termos de valor agregado, em relação ao mercado de atacado de múltiplos de dezenas de bilhões de reais", sustentou o executivo.

A proposta de acréscimo ao plano de recuperação judicial foi detalhada ontem na mesma teleconferência em que a Oi apresentou a analistas de mercado seus resultados no primeiro trimestre do ano. A operadora registrou prejuízo líquido de R\$ 6,28 bilhões entre janeiro e março, ante um lucro líquido de R\$ 568,4 milhões obtido no mesmo período de 2019. O principal fator responsável pelo resultado negativo foi a variação cambial, que elevou a despesa financeira.

Na comparação anual, a receita líquida total da companhia recuou 7,4% para um patamar de R\$ 4,94 bilhões. O Ebitda (Dígitos antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de rotina somou R\$ 1,53 bilhão — queda de 5,8% em relação a igual período de 2019. (Colaborador Raquel Brandão)

Na prateleira

Os ativos que a Oi pretende separar e colocar à venda

Ativos	Valor mínimo	Previsão para bilhão
Centros de dados	R\$ 25 milhões	Outubro de 2020
Torres	R\$ 11 bilhão	Outubro de 2020
Telefonia móvel	R\$ 15 bilhões	4º trimestre de 2020
Infraestrutura (venda de 25% a 51%)	R\$ 6,5 bilhões	1º trimestre de 2021

Maia defende chinesas no 5G

Raphael Di Camilo De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que a implantação do 5G no Brasil não deve ser "judicializada" e que as empresas chinesas devem ser autorizadas a participar do leilão para não atrasar o uso dessa tecnologia nem encarecê-la para a população. "As empresas de telecomunicação no Brasil já usam a tecnologia chinesa sem nenhum preocupação em relação à utilização dos dados ou esse debate político sobre o risco da soberania do país", afirmou.

O governo brasileiro realizará um leilão para determinar quem será o fornecedor da tecnologia

Operadora busca redução de dívida bilionária com Anatel



Rodrigo Abreu, presidente da Oi, companhia focará com uma operação de infraestrutura e outra para clientes finais.

Do Rio

A Oi espera reduzir em mais de 50% o valor da dívida com sua maior credora individual, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que tem cerca de R\$ 12 bilhões a receber. Pelo plano de recuperação judicial aprovado por credores em dezembro de 2017, os débitos com o regulador deverão ser pagos ao longo de 20 anos, com correção pela taxa básica de juros (Selic).

A mudança nas condições de pagamento faz parte de uma proposta de acréscimo ao plano de recuperação detalhada ontem pela operadora de telecomunicações. O aditamento terá de passar pelo crivo de uma nova assembleia geral de credores, marcada para agosto.

A proposta prevê ainda, entre outros pontos, desconto de 60% sobre o valor de face dos débitos da operadora com bancos e agências de crédito à exportação (ECAs, na sigla em inglês) incluídos na recuperação judicial. Os bancos locais são os principais

credores financeiros da Oi, com R\$ 4,88 bilhões a receber. A exceção é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), único credor com garantia real. As ECAs são credoras de R\$ 3,46 bilhões.

No plano de recuperação original, há honra de desconto (haircut) sobre o valor de face devido pela Oi a bancos e agências de crédito à exportação. Não foi aplicado um corte explícito nos valores devidos, mas houve um desconto implícito. Isso porque a dívida foi alongada e passou a ser corrigida por taxas de juros muito baixas. Pela nova proposta da Oi, bancos e ECAs receberiam em três parcelas no período de 2022 a 2024.

"O desconto sobre o valor de face (60%) não deveria ser usado como a métrica de cálculo", afirmou o diretor-presidente da Oi, Rodrigo Abreu. "Nós imaginamos uma discussão [com os credores] de ter primeiro o ajuste da dívida para poder entender de fato qual o valor a ser discutido co-

mo valor justo de pagamento. E, depois, o prêmio de pré-pagamento, principalmente de uma empresa que está em recuperação", acrescentou.

No caso da Anatel, a ideia da Oi que será submetida aos credores é migrar a dívida de aproximadamente R\$ 12 bilhões para uma nova regra legal de equacionamento de créditos que pode ser a Lei 13.988, de 2020 em um dispositivo legal posterior. A expectativa da companhia é que possa negociar diretamente com a Advocacia Geral da União (AGU), em nome da Anatel, para aplicação de descontos e prazos previstos na lei.

"São descontos máximos de 50% sobre os juros e um prazo de pagamento de até 84 meses", diz Abreu. "A dívida depois de taxas de descontos, então é muito difícil definir números precisos para cada um, mas a ideia é que cada um use uma taxa de desconto diferente. Mas considerando as taxas de desconto da companhia a redução é uma redução a muito menos de 50% do valor da dívida". (Rê)

Piemonte faz oferta por cinco centros de dados da companhia

Yvonne Santana De São Paulo

O grupo Oi acionou uma proposta vinculada da Piemonte Holding, com sede no Rio de Janeiro, para a compra de cinco centros de dados da operadora, informou a proposta. O valor da transação pode chegar a R\$ 425 milhões, incluindo as obrigações e necessidades de investimento na empresa recém-comprada. O preço de compra foi de R\$ 125 milhões, sendo R\$ 250 milhões no ato de fechamento, à vista, afirmou Alessandro Lombardi, CEO da Piemonte Holding em entrevista.

O pagamento será feito com parte dos recursos da própria Piemonte e parte financeira. A transação será executada pela Titan Vietnam Capital, veículo de private equity da Piemonte Holding, que tem foco em investimento bancário e inovação digital. Lombardi afirmou que a companhia criada em 2012, tem um volume de capital autorizado para aquisição de até R\$ 2 bilhões.

Como os demais ativos da operadora em recuperação judicial, os centros de dados deverão ser arrematados em leilão judicial. Antes de ser comprado, o negócio precisa ser aprovado em assembleia geral de credores e passar

por outras etapas previstas no plano de recuperação judicial da Oi. Além disso, o CEO explica que por ter vendido a fase competitiva organizada pelo Bank Of America e pela Oi, a Piemonte terá o direito de cobrar eventuais prepostos pelos centros de dados que sejam feitas por concorrentes.

O formato que a Oi pretende estabelecer para o leilão, por meio do aditamento, dá segurança à Piemonte para fechar o negócio, segundo Lombardi. A formação das unidades produtivas isoladas (UPIs), ou empresas por tipo de ativos, é praticamente bilionária, cada uma delas de dívidas e eventuais contingências que, em tese, devem ficar sob responsabilidade da Oi.

Atualmente, a Piemonte possui o centro de dados GFI S.A., que está sob sua holding Ebra Digital, em Brasília. A GFI atende o mercado financeiro, com clientes como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. O segmento bancário requer um alto nível de segurança, experiência que o executivo pretende levar para outros setores, se confirma durante uma teleconferência com analistas ontem, a direção da Oi confirmou o revolvimento de uma oferta vinculante pelo ativo, sem mencionar detalhes.

Quarta-feira, 17 de junho de 2020 | Valor | R\$

MEC libera estágio e aula on-line neste ano

Ensino superior

Beth Koike De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) vai publicar nos próximos dias portaria permitindo que os estágios práticos dos cursos de ensino superior sejam realizados remotamente e estendeu até o dia 31 de dezembro deste ano a permissão para aulas a distância devido à pandemia.

A portaria permitindo que os cursos sejam ministrados a distância venceu na segunda-feira. "Antes, estávamos reeditando a portaria todo mês. Não achávamos que a pandemia fosse durar tanto, mas agora optamos por uma portaria com validade até o fim do ano", disse Marcio Coelho, diretor de política regulatória da Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (Seres), ligada ao MEC.

Até então, os estágios que exigem aulas práticas não estavam sendo realizados. Em alguns cursos como, por exemplo, na área da saúde, que demandam interações presenciais, não será possível migrar para a modalidade on-line os estágios terão que ser feitos quando as atividades acadêmicas retornarem. Mas, segundo Luiz Roberto Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) na maior parte das graduações e possível realizar o estágio virtual. "Decidimos flexibilizar o estágio para evitar uma evasão ainda maior", disse Curi.

Na maioria dos casos, a instituição não dando a liberdade para definir como serão os estágios, mas as instituições de ensino precisam ter responsabilidade", disse Celso Niskier, presidente da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior (Ames), que organizou ontem uma "live" com representantes da CNE e Seres.

Atualmente, cerca de 80% das faculdades privadas estão ministrando aulas a distância nessa pandemia e o restante optou por suspender as aulas, segundo levantamento realizado pela consultoria Educa Insights e Abmes.

Durante a live, o presidente do CNE destacou a forte adesão do setor privado à modalidade on-line, situação oposta ao que ocorre nas universidades públicas em que a maioria dos alunos está sem aulas. Segundo os representantes de MEC e Abmes, as aulas virtuais neste ano não quebrar as resistências em torno dos cursos a distância. "O futuro é ensino híbrido, não vai haver curso só presencial, ou só on-line", disse Niskier.

Curta

Pão e cerveja

A Ambev e a Heineken fecharam parceria com grande fabricante do setor de panificação para produzir pão de caudal, usando matéria-prima das cervejarias. Os pães serão doados a comunidades carentes durante a pandemia de covid-19. A Heineken e a Wickbold trabalham em conjunto para produzir pão para 1 milhão de sanduíches. Os sanduíches serão doados pela ONG Banco de Alimentos e partir de julho para famílias carentes no Estado de São Paulo.

A Ambev fechou parceria com a Bimbo Brasil, para produzir 540 mil fatias de pão para doar a comunidades vulneráveis de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Gramatinal (RS), locais onde os dias empresariais têm sofrido. O volume produzido será suficiente para beneficiar 680 entidades, além da Cufi (Central Única das Favelas), segundo a Ambev. A doação será feita a partir do dia 22 de junho por meio do banco de alimentos Mea Brasil e se pa- ra as cidades de São Paulo, Brasília e Gramatinal e da Cufi, na cidade do Rio de Janeiro.

MEC libera estágio e aula on-line neste ano

Ensino superior

Beth Koike De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) vai publicar nos próximos dias portaria permitindo que os estágios práticos dos cursos de ensino superior sejam realizados remotamente e estendeu até o dia 31 de dezembro deste ano a permissão para aulas a distância devido à pandemia.

A portaria permitindo que os cursos sejam ministrados a distância venceu na segunda-feira. "Antes, estávamos reeditando a portaria todo mês. Não achávamos que a pandemia fosse durar tanto, mas agora optamos por uma portaria com validade até o fim do ano", disse Marcio Coelho, diretor de política regulatória da Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (Seres), ligada ao MEC.

Até então, os estágios que exigem aulas práticas não estavam sendo realizados. Em alguns cursos como, por exemplo, na área da saúde, que demandam interações presenciais, não será possível migrar para a modalidade on-line os estágios terão que ser feitos quando as atividades acadêmicas retornarem. Mas, segundo Luiz Roberto Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) na maior parte das graduações é possível realizar o estágio virtual. "Decidimos flexibilizar o estágio para evitar uma evasão ainda maior", disse Curi.

Na maioria dos casos, a instituição de ensino não dando a liberdade para definir como serão os estágios, mas as instituições de ensino precisam ter responsabilidade", disse Celso Niskier, presidente da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior (Ames), que organizou ontem uma "live" com representantes da CNE e Seres.

Atualmente, cerca de 80% das faculdades privadas estão ministrando aulas a distância nessa pandemia e o restante optou por suspender as aulas, segundo levantamento realizado pela consultoria Educa Insights e Abmes.

Durante a live, o presidente do CNE destacou a forte adesão do setor privado à modalidade on-line, situação oposta ao que ocorre nas universidades públicas em que a maioria dos alunos está sem aulas. Segundo os representantes de MEC e Abmes, as aulas virtuais neste ano não quebrar as resistências em torno dos cursos a distância. "O futuro é ensino híbrido, não vai haver curso só presencial, ou só on-line", disse Niskier.



Publicações de Destaque Impresso



Ensino privado quer socorro do governo

Senadores prepararam, a pedido do setor, pacote que pode chegar a R\$ 53 bilhões

Mateus Vargas / BRASÍLIA

A pedido de representantes de escolas e universidades privadas, senadores apresentaram um pacote de medidas de socorro ao setor, que prevê linha de crédito de R\$ 40 bilhões, além de benefícios diretos que representariam gastos de R\$ 13 bilhões aos cofres públicos. A ideia é que o texto, assinado por 25 parlamentares, seja votado nas próximas semanas. Se aprovado, as medidas passam a valer no segundo semestre letivo deste ano.

O Ministério da Economia, no entanto, é contra a aprovação do projeto. Em nota, a equipe do ministro Paulo Guedes afirma que não há "necessidade" de medidas para beneficiar um segmento específico neste momento em que se discute o controle dos gastos públicos. A pasta afirma entender como suficientes as linhas de crédito que já foram abertas para as pequenas e médias empresas.

Apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC), a sugestão de mudança na legislação surgiu de bandeiras de um gru-

po de instituições, como a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), presidida por Elizabeth Guedes, irmã do ministro da Economia. Ela afirma que as sugestões podem "evitar a tragédia de alunos sem matrícula a procura de vagas em uma estrutura pública exaurida". "Atendemos a 15 milhões de alunos em todo o País, empregando cerca de 770 mil docentes em escolas espalhadas por todo o País, evitando R\$ 225 bilhões por ano em gastos públicos", disse Elizabeth.

O diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Celso Niskier afirmou que o projeto não quer apenas o aumento de capital das escolas e universidades. "Mais de 500 mil podem abandonar instituições privadas (se o texto não for aprovado)", disse.

Para Ademar Batista Pereira, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), falta "sensibilidade" do governo. "A escola privada desonora o Estado. A ajuda de R\$ 40 bilhões é quase nada."

Rodrigo Capelato, diretor executivo do Sindicato das Entida-



Cenário. Associações que representam o setor temem fechamento de 30% das escolas

des Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), afirma não ser verdade que as medidas já tomadas pelo governo foram suficientes. A entidade levantou que 40% das universidades privadas não conseguiram acesso a linhas de crédito oferecidas na pandemia. E 30% têm chance de fechar as portas até o fim do ano.

Para o presidente do Inspere, o economista Marcos Lisboa, socorros neste momento de pan-

Ponto de vista
"O governo tem feito programas para auxiliar empresas em diversos setores. Não tem razão para fazer auxílios específicos ao setor A ou ao setor B."

Marcos Lisboa
PRESIDENTE DO INSPERE

demia devem ser direcionados para todos, sem distinção. "O governo tem feito programas horizontais para auxiliar empresas em diversos setores. Não tem razão para fazer auxílios específicos ao setor A ou ao setor B."

O projeto. Uma das medidas propostas no Senado é a criação de linha de crédito para financiar as mensalidades de 2020 e 2021 dos alunos de nível técnico e superior que tiveram renda familiar reduzida na pandemia. "Considerando a magnitude de inadimplência e de evasão corrente, estimamos o aporte de recursos potencial de R\$ 40 bilhões até fim de 2021", afirma o senador Berger. O crédito seria pago durante três anos.

Além disso, os senadores querem dar um "voucher" de três parcelas de R\$ 400 e R\$ 700 para custear mensalidades da educação básica e nível superior, respectivamente. O pacote também inclui expansão de ofertas do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), de 100 mil para 700 mil vagas. O impacto fiscal seria de R\$ 3 bilhões.

Outra medida seria ofertar mais 700 mil vagas no ensino superior e técnico para o segundo semestre de 2020 e todo o ano de 2021 por meio do Fies. O impacto estimado é de R\$ 5 bilhões.

Propõe-se ainda ampliar o ProUni (Programa Universidade Para Todos), em troca da desoneração da folha de pagamento das instituições de ensino, em valor estimado de R\$ 4,2 bilhões, também, deduzir tributos, em menos de R\$ 1 bilhão, para ampliar bolsas no ensino básico e técnico.

O texto ainda prevê usar recursos do FGTS para bancar mensalidades por cinco meses.



Publicações de Destaque Impresso

Educação em Revista reportagem de capa



8 »»» Reportagem de capa

Reportagem de capa »»» 9

Mais do que nunca, EAD

Em crescimento antes da pandemia, atividades remotas podem avançar ainda mais durante a retomada da economia. Alunos da educação superior e profissionais perceberam que podem se adaptar ao conforto do lar, o que favorece a modalidade.

10 »»» Reportagem de capa

PEDRO PEREIRA
pedro.pereira@conexa.com

E enquanto parte da população se esforça para ver aspectos positivos durante a pandemia, a educação a distância (EAD) na Educação Superior tem certeza de que é uma oportunidade para consolidar o crescimento observado nos últimos anos. A modalidade é cada vez mais procurada, a ponto de estar a caminho de ultrapassar o número de matrículas do ensino presencial em 2022 – a estimativa é da consultoria Educa Insights e pode ser antecipada em função da crise causada pelo coronavírus.

“Durante a pandemia aconteceu um fato novo, que ainda não conseguimos avaliar. O ensino presencial virou remoto, e os alunos estão gostando”, observa o diretor-executivo da Associação Brasileira de Instituições de Ensino Superior (ABIES), Solon Caldas. Em parceria com a empresa de estudos de mercado Educa Insights, a ABIES chegou à projeção de virada dentro de dois anos. Pode haver uma aceleração nesse processo, ressalta Caldas.

Os motivos são claros. Primeiro, os alunos perceberam que é possível aprender com qualidade em casa. Passado o momento de adequação às aulas remotas, a aceitação foi satisfatória: outro estudo conduzido pela ABIES pela Educa Insights mostra que mais de 80% dos alunos desse nível de ensino migraram para aulas a distância e, destes, quase 70% aprovaram o novo modelo.

A segunda razão pela qual mais alunos podem preferir a EAD é financeira. Segundo Caldas, é preciso uma política adequada de financiamento estudantil para quem não pode ingressar no Ensino Superior. Acontece que, além de não abranger a educação a distância, esse recurso tem caído drasticamente a cada ano no modelo presencial. Com isso, a EAD segue avançando.

Geralmente, os alunos da educação a distância fazem parte do grande núme-

ro de pessoas que concluem o Ensino Médio e partem direto para o mercado de trabalho. “Quando tem necessidade de ascensão profissional é que busca a graduação e, aí, procura o ensino a distância para compatibilizar a formação com o trabalho”, explica o diretor-executivo da ABIES.

Para a diretora de graduação EAD da Unicesumar, Kátia Coelho, essa procura ocorre cada vez mais cedo. “O perfil que era de cerca de 35 anos, foi para 30 e hoje é um aluno de 25 anos. Vem vindo porque, para o jovem, é muito fácil o manuseio da tecnologia, ele está cada vez mais adepto a isso. Falar de realidade aumentada e 3D é natural para eles”, acredita.

O sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pesquisador da área de educação, acredita que a ideia de frequentar um campus e encontrar professores e colegas vai continuar importante entre quem tem condições de fazê-lo. “Em geral, o jovem que não precisa trabalhar”, pontua.

Eleva além e observa que grande parte das Instituições de Educação Superior (IES) tem cursos noturnos, “o que é muito ruim, não melhor do que a distância”, sustenta. O ideal, para Schwartzman, é uma rotina semipresencial, com aulas a distância e encontros para atividades em grupo e utilização de equipamentos.

Metodologia e reconhecimento

Ao longo dos anos, a metodologia dos cursos a distância foi aprimorada e, ao mesmo tempo, foi conquistando alunos e professores. Entre os grandes recuos estavam, por exemplo, cursos em que a parte prática é muito importante – como nas áreas de engenharia, saúde, comunicação, chegando à gastronomia e moda. Com o ensino híbrido esse processo foi superado, e as instituições oferecem aos estudantes a utilização de simuladores, objetos de aprendizagem, atividades de

realidade aumentada e construções pedagógicas que possibilitam ter uma experiência de imersão.

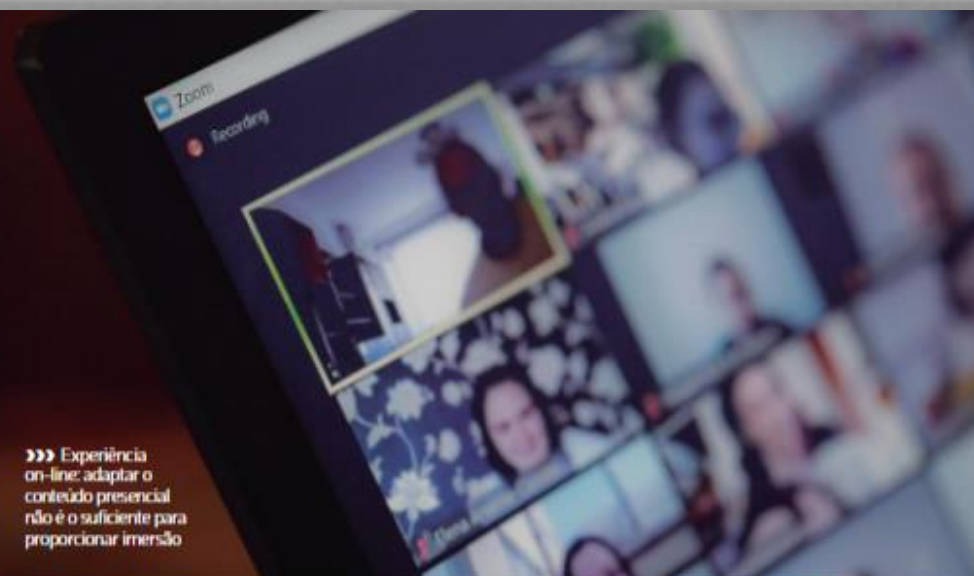
A criação de espaços que replicam o mercado é outra forma de aprimorar a formação a distância. Na Unicesumar, o curso de moda promove exposições com coleções desenvolvidas pelos alunos. Eles criam os croquis, modelagem, definem tecidos e confeccionam as peças. “O aluno coloca a mão na massa”, garante Kátia Coelho.

O reconhecimento dos cursos EAD, outra preocupação dos alunos, também vem sendo desmistificado. A medida que o mercado absorve os egressos dessa modalidade e o desempenho é satisfatório, cai a desconfiança. A razão, segundo Kátia, é que o modelo de aprendizagem carrega nuances importantes para a carreira. “O curso EAD desenvolve nos alunos uma coisa fundamental, que é a autonomia do aprender. O mercado hoje reconhece. O preconceito ainda existe, mas já foi rompido”, afirma.

As instituições precisam agir rápido para quando a pandemia acabar e a economia der os primeiros sinais de retomada. “Quem ainda não se credenciou está perdendo tempo. E quem já tem que ficar atento ao movimento do mercado, para não dar oportunidade ao aluno de desistir ou trocar de instituição”, analisa Solon Caldas.

De fato, a tendência é que, com maior demanda, a concorrência aumente, requisitando investimento em planejamento e formação. Para Kátia, da Unicesumar, uma estratégia de montagem de EAD inclui conhecer as instituições de sucesso na área e investir em especialistas para pensar nos processos.

Um dos pilares desse investimento deve ser no corpo docente. Segundo ela, é comum que professores de cursos presenciais simplesmente travejam quando o microfone e a câmera são ligados. Como saída, é preciso promover formação diferenciada, que inclua recursos tecnológicos para participar de lives, criar links e compartilhar arquivos, por exemplo.



»»» Experiência on-line: adaptar o conteúdo presencial não é o suficiente para proporcionar imersão

Os materiais também precisam de uma formação específica. Adaptar o que já é distribuído em aulas presenciais pode não ser suficiente, pois não aciona recursos essenciais para a experiência de imersão que, no caso da EAD, dependem da tecnologia. É o caso de demonstrações virtuais, por exemplo: muito se fala que a educação a distância pode levar os alunos a lugares de todo o mundo ou a grandes empresas sem sair de casa, mas isso depende fundamentalmente da tecnologia e da linguagem aplicadas.

Para as instituições, a grande vantagem é a chance de ganhar escala no número de alunos com o mesmo investimento na elaboração das aulas. Essa preparação, no entanto, exige um aporte inicial, mas que compensa à medida em que as turmas aumentam. Nos modelos semipresenciais a presença de tutores garante a orientação necessária, enquanto os responsáveis pelo conteúdo podem ser nomes consagrados.

Outro fator é o espaço físico, já que os alunos não ocupam nenhum prédio. É esta a primeira vantagem também para eles: sem perda de tempo com deslocamento, economia de recursos e comodidade de estudar em casa, onde quiserem.

Planejamento e capacitação

A Factum, de Porto Alegre, lançou mão da expertise com cursos semipresenciais para se adaptar ao período de pandemia. A receita seguiu alguns dos passos já mencionados por Kátia, da Unicesumar: o planejamento ficou por conta de um comitê instituído com a finalidade de implementar aulas remotas por meio de um ambiente virtual com atividades síncronas (ao vivo) e assíncronas (formatos como slides e artigos).

Com a metodologia definida, a instituição apostou na capacitação e no acompanhamento dos docentes. Com o prazo apertado, optou pelo desenvolvimento permanente e aplicado à nova realidade: eles receberam capacitação técnica formal para acesso e interação nas plataformas. Já no decorrer das atividades, contaram com a oferta de minicursos, momentos de aprendizagem denominados pela instituição de

Pílulas de Conhecimento.

“Sabíamos da importância de capacitar os professores, mas não tínhamos tempo para planejar e executar todos os treinamentos necessários. Então optamos por ministrá-los de forma prática e na medida em que a necessidade aparecesse”, explica a diretora administrativa da Factum, Bárbara Niskola.

No campo da gestão, a Factum aplicou instrumentos de avaliação para verificar o grau de satisfação dos alunos. Nos primeiros 30 dias, 65% consideraram a experiência positiva e 93% reconheceram o esforço dos professores em função da pandemia. Por outro lado, quase 20% não conseguiram acessar as aulas remotas e, destes, quase 70% relataram problemas de infraestrutura (sem internet ou equipamento).

Ao término do semestre, no entanto, a aprovação das soluções encontradas superou os 80% e o reconhecimento aos docentes chegou a mais de 94%. “Aprendemos que não importa se é presencial ou virtual, em qualquer modelo, é preciso que os estudantes tenham a experiência do aprendizado”, conclui Bárbara. ■



Publicações de Destaque Impresso

ESTADO DE MINAS | DOMINGO, 20 DE NOVEMBRO DE 2020 | NACIONAL | 11

ENSINO

Governo desenvolve plano de expansão da educação superior por meio digital, cuja procura aumenta a cada ano em relação aos cursos presenciais nas federais e privadas

Do quadro para a tela do computador

Junia Oliveira
ESPECIAL PARA O EM

Se na primeira década do século 21 o Brasil deu um salto rumo à expansão do ensino superior, apostando na ampliação da estrutura de universidades, construindo outras e criando cursos noturnos, na década de 2020 ele promete usar recursos do seu tempo. Uma nova expansão está sendo desenhada com base na tecnologia e a bola da vez é a educação a distância (EAD). O país está desenvolvendo um plano de trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, em EAD, nas universidades federais. "Integram o grupo instituições dedicadas à educação digital e pesquisadores de universidades das cinco regiões do país. O objetivo é desenvolver uma rede digital na educação federal do país para fazer o que a rede privada já fez", afirmou o secretário de Educação Superior do MEC, Wagner Vilas Boas.

Prova de que já fizeram é que, na rede privada, o número de novas matrículas para cursos remotos ultrapassou os presenciais, conforme aponta o Censo da Educação Superior, dados de 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Conforme já mostrou o Estado de Minas, a virada entre os ingressantes já era esperada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes). Os calouros do EAD passarão de 1.310.678, em 2018, para 1.559.725, ano passado. No presencial, eles eram 1.554.321 e foram para 1.514.302.

As portarias da Sesu não escondem que, por trás, está a medida de preparar o terreno para a EAD. Ela prevê, até 2024, a taxa bruta de matrículas superio-

ria a 50% e a líquida, a 33%. Isso significa que o Brasil precisa ter na graduação número de estudantes matriculados equivalente a 50% do total da população de 18 a 24 anos, e ter em suas universidades uma parcela de estudantes da faixa de 18 a 24 anos (idade correta para essa etapa acadêmica) correspondente a 33% da população dessa idade. Além disso, até 2024 o país deveria assegurar a oferta de pelo menos 40% das novas matrículas nas instituições públicas.

A taxa bruta ano passado ficou em 37,4% (mesmo percentual de 2018) e a líquida, em 21,4% (queda em relação ao ano anterior, quando estava em 21,7%). "Há em média 1,8 milhão de alunos que concluem o ensino médio a cada ano e poderiam ingressar na educação superior. Temos metas educacionais que apontam para necessidade da matrícula na educação superior", relata o diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno.

Diante de números, problemas estruturais e de acesso, o que se tornou realidade nos últimos anos se efetiva agora como o principal pilar da educação superior no Brasil. O ensino a distância já é reconhecido pelo próprio poder público como tendência no país. Respondendo por quatro de cada 10 novos ingressantes da graduação, segundo o Censo, reafirma o cenário esperado pelo setor privado — de ultrapassar nos próximos anos as matrículas da modalidade presencial — e faz o governo federal se mexer. "Chegamos ao ponto de inflexão. Haverá mais alunos no EAD que no presencial e ano que vem veremos se a pandemia vai acelerar isso", afirmou o presidente do Inep, Alexandre Lopes.

MINAS GERAIS Seguindo tendência nacional, Minas Gerais teve ano passado redução de 3,9% no número de matrículas totais na graduação presencial. Enquanto em 2018 o estado concentrou em seus estabelecimentos de ensino superior 648.554 alunos, no ano seguinte, eles chegaram a 623.964. No Brasil, a diminuição de alunos dentro das salas de aula teve a mesma proporção, saindo de 6.394.244, em 2018, para 6.153.560, em 2019.

Estudante da Faculdade Arnaldo, o auxiliar administrativo

Do quadro para a tela do computador

JUNIA OLIVEIRA
ESPECIAL PARA O EM

Se na primeira década do século 21 o Brasil deu um salto rumo à expansão do ensino superior, apostando na ampliação da estrutura de universidades, construindo outras e criando cursos noturnos, na década de 2020 ele promete usar recursos do seu tempo. Uma nova expansão está sendo desenhada com base na tecnologia e a bola da vez é a educação a distância (EAD). O país está desenvolvendo um plano de trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, em EAD, nas universidades federais. "Integram o grupo instituições dedicadas à educação digital e pesquisadores de universidades das cinco regiões do país. O objetivo é desenvolver uma rede digital na educação federal do país para fazer o que a rede privada já fez", afirmou o secretário de Educação Superior do MEC, Wagner Vilas Boas.

Prova de que já fizeram é que, na rede privada, o número de novas matrículas para cursos remotos ultrapassou os presenciais, conforme aponta o Censo da Educação Superior, dados de 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Conforme já mostrou o Estado de Minas, a virada entre os ingressantes já era esperada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes). Os calouros do EAD passarão de 1.310.678, em 2018, para 1.559.725, ano passado. No presencial, eles eram 1.554.321 e foram para 1.514.302.

As portarias da Sesu não escondem que, por trás, está a medida de preparar o terreno para a EAD. Ela prevê, até 2024, a taxa bruta de matrículas superio-

ria a 50% e a líquida, a 33%. Isso significa que o Brasil precisa ter na graduação número de estudantes matriculados equivalente a 50% do total da população de 18 a 24 anos, e ter em suas universidades uma parcela de estudantes da faixa de 18 a 24 anos (idade correta para essa etapa acadêmica) correspondente a 33% da população dessa idade. Além disso, até 2024 o país deveria assegurar a oferta de pelo menos 40% das novas matrículas nas instituições públicas.

A taxa bruta ano passado ficou em 37,4% (mesmo percentual de 2018) e a líquida, em 21,4% (queda em relação ao ano anterior, quando estava em 21,7%). "Há em média 1,8 milhão de alunos que concluem o ensino médio a cada ano e poderiam ingressar na educação superior. Temos metas educacionais que apontam para necessidade da matrícula na educação superior", relata o diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno.

Diante de números, problemas estruturais e de acesso, o que se tornou realidade nos últimos anos se efetiva agora como o principal pilar da educação superior no Brasil. O ensino a distância já é reconhecido pelo próprio poder público como tendência no país. Respondendo por quatro de cada 10 novos ingressantes da graduação, segundo o Censo, reafirma o cenário esperado pelo setor privado — de ultrapassar nos próximos anos as matrículas da modalidade presencial — e faz o governo federal se mexer. "Chegamos ao ponto de inflexão. Haverá mais alunos no EAD que no presencial e ano que vem veremos se a pandemia vai acelerar isso", afirmou o presidente do Inep, Alexandre Lopes.

MINAS GERAIS Seguindo tendência nacional, Minas Gerais teve ano passado redução de 3,9% no número de matrículas totais na graduação presencial. Enquanto em 2018 o estado concentrou em seus estabelecimentos de ensino superior 648.554 alunos, no ano seguinte, eles chegaram a 623.964. No Brasil, a diminuição de alunos dentro das salas de aula teve a mesma proporção, saindo de 6.394.244, em 2018, para 6.153.560, em 2019.

Estudante da Faculdade Arnaldo, o auxiliar administrativo

RAIO-X DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2019

MATRÍCULAS 8,6 milhões **INGRESSANTES 3,6 milhões**

GRADUAÇÃO PRESENCIAL

País	2018	2019
BRASIL	6.394.244	6.153.560
MINAS	648.554	623.964

GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA (BRASIL)

Modalidade	2018	2019
Rede pública	157.657	172.927
Rede privada	2.292.606	1.883.584

NOVAS MATRÍCULAS:

No EAD, aumentaram **15,9%**, e nos cursos presenciais, diminuíram **1,5%** em relação a 2018

Entre 2009 e 2019, o número de ingressos cresceu **17,8%** nas graduações presenciais. Nos cursos a distância, aumentou **378,9%**

FONTE: Censo da Educação Superior/Inep/MEC

Para o auxiliar administrativo Filipe Freitas, que trabalha de dia e estuda à noite, a EAD é uma forma de tomar o aprendizado menos pesado

Rede privada de olho na EAD

Democratização do acesso

Colônias de educação a distância (EAD) foram criadas em 2019 para ampliar a oferta de cursos de nível superior, em EAD, nas universidades federais. "Integram o grupo instituições dedicadas à educação digital e pesquisadores de universidades das cinco regiões do país. O objetivo é desenvolver uma rede digital na educação federal do país para fazer o que a rede privada já fez", afirmou o secretário de Educação Superior do MEC, Wagner Vilas Boas.

Prova de que já fizeram é que, na rede privada, o número de novas matrículas para cursos remotos ultrapassou os presenciais, conforme aponta o Censo da Educação Superior, dados de 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Conforme já mostrou o Estado de Minas, a virada entre os ingressantes já era esperada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes). Os calouros do EAD passarão de 1.310.678, em 2018, para 1.559.725, ano passado. No presencial, eles eram 1.554.321 e foram para 1.514.302.

As portarias da Sesu não escondem que, por trás, está a medida de preparar o terreno para a EAD. Ela prevê, até 2024, a taxa bruta de matrículas superio-

ria a 50% e a líquida, a 33%. Isso significa que o Brasil precisa ter na graduação número de estudantes matriculados equivalente a 50% do total da população de 18 a 24 anos, e ter em suas universidades uma parcela de estudantes da faixa de 18 a 24 anos (idade correta para essa etapa acadêmica) correspondente a 33% da população dessa idade. Além disso, até 2024 o país deveria assegurar a oferta de pelo menos 40% das novas matrículas nas instituições públicas.

A taxa bruta ano passado ficou em 37,4% (mesmo percentual de 2018) e a líquida, em 21,4% (queda em relação ao ano anterior, quando estava em 21,7%). "Há em média 1,8 milhão de alunos que concluem o ensino médio a cada ano e poderiam ingressar na educação superior. Temos metas educacionais que apontam para necessidade da matrícula na educação superior", relata o diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno.

Diante de números, problemas estruturais e de acesso, o que se tornou realidade nos últimos anos se efetiva agora como o principal pilar da educação superior no Brasil. O ensino a distância já é reconhecido pelo próprio poder público como tendência no país. Respondendo por quatro de cada 10 novos ingressantes da graduação, segundo o Censo, reafirma o cenário esperado pelo setor privado — de ultrapassar nos próximos anos as matrículas da modalidade presencial — e faz o governo federal se mexer. "Chegamos ao ponto de inflexão. Haverá mais alunos no EAD que no presencial e ano que vem veremos se a pandemia vai acelerar isso", afirmou o presidente do Inep, Alexandre Lopes.

MINAS GERAIS Seguindo tendência nacional, Minas Gerais teve ano passado redução de 3,9% no número de matrículas totais na graduação presencial. Enquanto em 2018 o estado concentrou em seus estabelecimentos de ensino superior 648.554 alunos, no ano seguinte, eles chegaram a 623.964. No Brasil, a diminuição de alunos dentro das salas de aula teve a mesma proporção, saindo de 6.394.244, em 2018, para 6.153.560, em 2019.

Estudante da Faculdade Arnaldo, o auxiliar administrativo



Para o auxiliar administrativo Filipe Freitas, que trabalha de dia e estuda à noite, a EAD é uma forma de tomar o aprendizado menos pesado



Publicações de Destaque

Impresso

B4 | Valor | Quarta e quinta-feira, 10 e 11 de junho de 2020

Empresas Serviços&Tecnologia

Telefonia Presidente da Vivo fala das barreiras ao 5G na 'Live do Valor'

Avanço da digitalização tropeça em leis obsoletas

Alexandre Melo De São Paulo

As legislações vigentes no país para a instalação de antenas de telefonia (ETBs, na sigla em inglês) precisam ser revistas com urgência após a pandemia. Sem isso, o ritmo da digitalização e a ampliação da cobertura com as tecnologias 4G e 5G nas zonas periféricas podem ficar comprometidos, disse Christian Gebara, presidente da Telefonia Brasil, dona da Vivo. "O problema do licenciamento de antenas é gravíssimo. São mais de 300 legislações municipais para seguir", afirmou ontem Gebara, entrevistado da 'Live do Valor'. As regras exigem documentação e também mínimos dos terrenos para instalação das torres, e rias com largura de 10 metros, requisitos que as muitas

periferias não possuem. Segundo o executivo, há risco de a digitalização da economia não se materializar se as legislações continuarem obsoletas. Para a tecnologia de quinta geração de telefonia celular (5G), cujo cronograma do Brasil está em revisão pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), será preciso um número maior de antenas para irradiar a frequência. O país tem cerca 70 mil ETBs, mas para as aplicações de 5G em serviços de telemedicina, cidades inteligentes e avião autônomo serão necessários entre 210 mil e 280 mil antenas a mais em relação à rede 4G, disse Luciano Stutz, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura para as Telecomunicações (Abritel). Nos últimos dois anos, alguns municípios perceberam a impor-



Christian Gebara, diretor-presidente da Telefonia. "O problema de licenciamento de antenas é gravíssimo. São mais de 300 legislações municipais para seguir"

tância de atualizar as regras de licenciamento. Porto Alegre (RS) foi longe das dificuldades impostas às operadoras, mas em dezembro de 2018 mudou a legislação. Stutz também citou como exemplos recentes Santa André (SP), Londrina (PR), Uberlândia (MG) e Campinas (SP). Durante a "live", uma expectativa crítica a qualidade da cobertura das operadoras nas periferias justamente quando parte das pessoas está trabalhando remotamente. Gebara justificou

que as regulamentações têm mais de 20 anos, por isso após a pandemia é importante olhar novamente para a questão. Em capitais como Madrid e Londres, onde a controladora Telefônica está presente, as diferenças das regras brasileiras são enormes, acrescentou. Na cidade de São Paulo (SP), uma antena atende 1.693 habitantes, mas em Boa Vista (RR), são 2,74 pessoas por unidade. A capital catarinense tem a melhor média do Brasil, com 975 usuários por

Em 2022, curso on-line vai superar presencial

Ensinio superior Beth Koike De São Paulo

A pandemia vai acelerar a expansão do ensino a distância na graduação. A expectativa era que o volume de alunos em cursos on-line superasse a quantidade de matriculados no modelo presencial em 2023, mas esse movimento será antecipado em um ano, ou seja, deve ocorrer em 2022, segundo projeções da consultoria Educa Insights.

A base total de alunos no ensino superior privado é de 4,5 milhões em cursos presenciais e 1,8 milhão na graduação on-line, segundo o último levantamento do Ministério da Educação (MEC), referente ao ano de 2018. "Levando-se em consideração que, desde o ano passado, a quantidade de calouros de cursos 100% on-line ou híbridos é maior que o total de matrículas no EAD [ensino a distância]", vai virar realidade em 2022", disse Daniel Infante, sócio da Educa Insights.

Ele estima 1,3 milhão de novas matrículas em cursos presenciais e 1,6 milhão no on-line em 2022. No ano seguinte, o número de calouros estudando virtualmente deve ser de 2,5 milhões, ante 1,4 milhão no presencial. Essa antecipação será decorrente da queda de renda e do desemprego, que devem levar as pessoas a optar por cursos on-line, cuja mensalidade é mais barata, e também devido à migração para o ambiente digital diante do isolamento social. Nos cursos presenciais do setor, a resistência às aulas remotas foi rompida na pandemia. "O nível de satisfação de alunos e professores é elevado, e com isso

Em 2022, curso on-line vai superar presencial

Ensinio superior

Beth Koike De São Paulo

A pandemia vai acelerar a expansão do ensino a distância na graduação. A expectativa era que o volume de alunos em cursos on-line superasse a quantidade de matriculados no modelo presencial em 2023, mas esse movimento será antecipado em um ano, ou seja, deve ocorrer em 2022, segundo projeções da consultoria Educa Insights.

A base total de alunos no ensino superior privado é de 4,5 milhões em cursos presenciais e 1,8 milhão na graduação on-line, segundo o último levantamento do Ministério da Educação (MEC), referente ao ano de 2018.

"Levando-se em consideração que, desde o ano passado, a quantidade de calouros de cursos 100% on-line ou híbridos é maior que o total de matrículas no EAD [ensino a distância]", vai virar realidade em 2022", disse Daniel Infante, sócio da Educa Insights.

Ele estima 1,3 milhão de novas matrículas em cursos presenciais e 1,6 milhão no on-line em 2022. No ano seguinte, o número de calouros estudando virtualmente deve ser de 2,5 milhões, ante 1,4 milhão no presencial.

Essa antecipação será decorrente da queda de renda e do desemprego, que devem levar as pessoas a optar por cursos on-line, cuja mensalidade é mais barata, e também devido à migração para o ambiente digital durante o isolamento social. Na visão dos especialistas do setor, a resistência às aulas remotas foi rompida na pandemia. "O nível de satisfação de alunos e professores é elevado, e com isso

acredito que haverá maior demanda pelo EAD. Além dos cursos 100% on-line, os alunos podem querer fazer algumas disciplinas a distância", disse Celso Niskier, presidente da Associação das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), acrescentando que os cursos híbridos são uma das principais tendências do setor.

O estudo da Educa Insights, que entrevistou 1,6 mil alunos, mostra ainda que, entre abril e junho, o volume de pessoas interessadas em ingressar na graduação presencial neste vestibular de inverno caiu 58%. Nos cursos a distância, a redução foi de 9%.

A maioria está adiando o ingresso no ensino superior presencial para 2021 ou quando a situação se normalizar. Infante destaca que as instituições de ensino que não possuem cursos on-line vão enfrentar dificuldades. "Entre os potenciais interessados em ingressar no ensino superior no meio do ano, 18% tinham intenção de se matricular em cursos presenciais, mas optaram pelo EAD por causa do isolamento", disse o sócio da Educa Insights.

Segundo o presidente da Abmes, a demanda por cursos on-line vai levar a uma consolidação ainda maior no setor, uma vez que as faculdades precisam fazer investimentos altos em plataformas tecnológicas e muitas faculdades de menor porte não dispõem desses recursos. "Vai ser um cenário desafiador porque os cursos a distância têm um ticket médio menor, mas uma alternativa são os cursos híbridos que tem uma mensalidade maior", disse Niskier, que é dono da Unicarrioca. Em sua instituição, os cursos estão sendo ministrados com novas ferramentas digitais, além de aulas de inteligência artificial e ciência de dados

Na crise, computador volta a ser objeto de desejo do consumidor

Equipamentos

Custavo Brito De São Paulo

O mercado de computadores atingiu durante a pandemia um novo pico por volume de vendas, depois das oscilações verificadas desde seu auge em 2013. Nos últimos anos, a queda foi constante, mas agora até faltam equipamentos em algumas lojas. "A primeira percepção era que o mercado seria diferente", disse ao Valor, Hélio Roteberg, presidente da Festivo Tecnologia. "Em abril estávamos muito pessimistas. Mas vendemos tudo, tem semanas que fazemos 40% a mais do que era imaginado."

A demanda gerada pelo "home office" e pela educação a distância impulsionaram a procura pelos equipamentos, com aceleração das vendas a partir de março, disse o executivo. Primeiramente, os computadores eram as empresas, depois os consumidores. O movimento pegou os fabricantes desprevenidos e gerou dificuldades no abastecimento. "Tive bancas comprando 2 mil máquinas novas no varejo porque não tinha produtos disponíveis", disse Roteberg. As vendas no mercado de computadores cresceram 18% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, com 1,5 milhão de unidades. No acumulado do ano, o avanço é de 8%, com 6 milhões de máquinas vendidas. Já a Festivo vendeu 157,7 mil unidades no trimestre, com alta de 16,3% em base anual. Para Roteberg, é difícil prever por quanto tempo essa demanda aquecida vai se manter. Mas sua expectativa é que o mercado ter-



Hélio Roteberg: pessimismo foi superado por aquecimento nas vendas e alta falta de produtos para atender demanda

minar o ano dentro da projeção que havia sido feita antes da pandemia. Em termos de abastecimento, o executivo disse que a expectativa é de normalização em julho. Antes da crise, a empresa de pesquisa IDC estimava um crescimento de 0,6% nas vendas de computadores em 2020, para 5,3 milhões de unidades. A projeção ainda não foi atualizada. "A situação de varejo a situação vai bem, no atendimento a empresas e ao governo o cenário não é tão promissor. De acordo com Roteberg, enquanto algumas companhias, inclusive estatais, e órgãos públicos (como Petrobras e Banco do Brasil) continuam comprando, outras pararam, o que torna as perspectivas incertas. Durante teleconferência com

analistas, ontem, sob os resultados do primeiro trimestre, o chefe do Positivo foi questionado acerca do funcionamento de seus departamentos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A fabricante vendeu em janeiro uma bilionada de R\$ 800 milhões para fornecer 180 mil equipamentos. Roteberg disse que a companhia revisou ao TSE, ontem mesmo, uma revisão da proposta visando fosse a desvalorização do real, que afeta as margens da companhia por conta do aumento nas pessoas e ao governo o cenário não é tão promissor. De acordo com Roteberg, enquanto algumas companhias, inclusive estatais, e órgãos públicos (como Petrobras e Banco do Brasil) continuam comprando, outras pararam, o que torna as perspectivas incertas. Durante teleconferência com

Agenda Tributária

Resumo de eventos tributários e fiscais para o mês de junho de 2020, incluindo datas de vencimento de impostos e prazos para apresentação de declarações em diversos estados e municípios.

DESTAQUES WEB



ABMES[®]



Publicações de Destaque Web

[globo.com](#) | [g1](#) | [globoesporte](#) | [gshow](#) | [vídeos](#)

≡ **O GLOBO** ECONOMIA

Ensino à distância supera o presencial, e faculdades privadas adaptam negócios

Aposta é na mescla de aulas on-line e presenciais, além da concessão de descontos com cursos mais baratos

Leo Branco

01/01/2020 - 04:30 / Atualizado em 06/01/2020 - 12:28

[globo.com](#) | [g1](#) | [globoesporte](#) | [gshow](#) | [vídeos](#)

≡ **O GLOBO** SOCIEDADE

Novas regras do Fies excluíriam 10% dos estudantes que pediram o benefício em 2019

FNDE determinou que candidatos ao financiamento público precisam ter mínimo de 400 pontos na redação do Enem; antes, bastava não zerar

Paula Ferreira

13/01/2020 - 11:45 / Atualizado em 13/01/2020 - 11:46



Publicações de Destaque Web

UOL

MENU

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★

Justiça nega pedido de liminar da OAB para barrar cursos de direito a distância

Segundo a decisão, cabe ao MEC fiscalizar os programas

29.fev.2020 à 1h30

GAZETA DO POVO

Sexta-feira, 03 de Abril de 2020

EXPLORE

Ações judiciais e registro profissional: as armas dos conselhos contra o aumento do EaD

Por Tiago Cordeiro, especial para a Gazeta do Povo [12/01/2020] [19:15]



Publicações de Destaque

Web

ESTADÃO *conteúdo*

Reposição poderá ser feita no ano que vem, diz Conselho Nacional de Educação

As instituições podem repor as aulas no próximo ano para cumprir os 200 dias letivos anuais exigidos pela legislação

14.03.20 19h15

EXTRA

CORONAVÍRUS

17/03/20 15:27 ↻ 17/03/20 15:28

Escolas e universidades se preparam para atraso nas aulas e buscam alternativas para driblar a crise da Covid-19



Publicações de Destaque Web

AgênciaBrasil

Educação

EAD ganha impulso com a suspensão das aulas

Educação a distância exige do aluno disciplina e foco

Publicado em 29/03/2020 - 16:43 Por Gilberto Costa - Repórter da Agência Brasil - Brasília

ESTADÃO

broadcast+

ECONOMIA & MERCADOS 02/04/2020 13:05

ABMES: DIFICULDADES FINANCEIRAS SÃO PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO DE ESTUDANTES ANTE COVID-19

Por Ana Luiza de Carvalho

terra

DINO

Total de bolsas do Prouni na educação a distância para futuros professores cresceu em 53% em 8 anos

10 abr 2020 05h15 - atualizado às 07h03



Publicações de Destaque Web

 **UOL**

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★

Onze estados têm projetos para obrigar desconto em mensalidades escolares

Órgãos de defesa do consumidor e juristas alertam para possibilidade de proposta ser considerada inconstitucional

Isabela Palhares 15.abr.2020 às 12h26

 **O GLOBO** ECONOMIA

Universitários tentam obter desconto nas mensalidades durante a quarentena

Instituições de ensino afirmam que custos subiram com aulas on-line. Procon-RJ pede para analisar gastos e pode pedir redução nas cobranças

Luciana Casemiro e Vitor da Costa*
26/04/2020 - 04:30 / Atualizado em 26/04/2020 - 09:46



Publicações de Destaque Web

MENU G1 EDUCAÇÃO

Na pandemia, 22% das faculdades particulares pausaram atividades e não adotaram o ensino remoto, diz pesquisa

Levantamento contratado por associação do setor aponta que 40% dos alunos disseram que conseguem pagar a mensalidade pelos próximos três meses.

Por G1
07/05/2020 11h00 · Atualizado há 5 dias

R7 CORONAVÍRUS | 78% das universidades estão no ambiente virtual, aponta pesquisa

78% das universidades estão no ambiente virtual, aponta pesquisa

De acordo com a ABMES, 89% dos estudantes das instituições particulares acompanham as aulas ao vivo. Crise financeira também impacta o setor

CORONAVÍRUS
Karla Dunder, do R7
© 07/05/2020 - 11h28 (Atualizado em 08/05/2020 - 13h44)

exame.

REVISTA EXAME

A pandemia colocou 2,2 mil faculdades privadas em risco. Qual o plano B?

A pandemia de covid-19 abriu a cabeça de estudantes para as aulas à distância, mas piorou a crise das faculdades, que buscam alternativas para sobreviver

Por Mariana Desidério
21 jun 2020, 12h09 - Publicado em 18 jun 2020, 05h40



Publicações de Destaque Web

≡ O GLOBO ECONOMIA

Com aumento da inadimplência e perda de alunos, universidades devem ter nova onda de fusões e aquisições

Matrículas crescem no ensino a distância e recuam no presencial, impactando o valor médio das mensalidades

Glauce Cavalcanti e João Sorima Neto
07/06/2020 - 05:30

≡ ESTADÃO .Edu

Inadimplência em maio cresce 75% e ensino a distância deve superar presencial em 2022

Pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior mede o impacto da pandemia no setor de educação

Ana Luiza de Carvalho, O Estado de S.Paulo
10 de junho de 2020 | 16h15

R7 EDUCAÇÃO

Pesquisa aponta que EAD deve ser primeira opção entre universitários

Queda no nível de empregos e renda justifica decisão. Retorno às aulas deve ser marcado pelo ensino híbrido nas instituições de ensino superior

EDUCAÇÃO
Do R7
© 10/06/2020 - 11h10



Publicações de Destaque Web

AgênciaBrasil

Educação

Pesquisa revela que 42% dos alunos podem abandonar faculdades privadas

O principal motivo é não conseguir pagar mensalidades

Publicado em 10/06/2020 - 20:22 Por Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Seções

ESTADO DE MINAS Economia

Educar, mesmo que a distância

O EAD superou o número de matrículas do sistema de aulas presenciais no ensino superior

postado em 11/06/2020 04:00

MENU CAPA GZH

GAÚCHAZH
EDUCAÇÃO E TRABALHO

ENSINO SUPERIOR

Brasil terá maioria de alunos em modalidade EAD em 2022, indica estudo

Queda de emprego e renda da população em razão da pandemia de coronavírus deve acelerar em um ano essa reviravolta

10/06/2020 - 11h34min
Atualizada em 10/06/2020 - 14h05min



Publicações de Destaque

Web

☰ EPOCA

CORONAVÍRUS: NÚMERO DE CALOUROS EM CURSOS SUPERIORES A DISTÂNCIA VAI SUPERAR O DE PRESENCIAIS EM 2022

Projeção foi revelada por pesquisa que aponta a queda de emprego e de renda da população como os principais fatores para mudança

Célia Costa

11/06/2020 - 08:16 / Atualizado em 11/06/2020 - 08:31

☰ O GLOBO SOCIEDADE

Ministério da Educação vai estender prazo para atividades à distância no ensino superior até 31 de dezembro

Diretor da área no MEC afirmou em live que órgão também vai flexibilizar realização de estágios remotamente

O Globo

16/06/2020 - 18:40 / Atualizado em 17/06/2020 - 15:48



Publicações de Destaque Web

CORREIO BRAZILIENSE

Seções **EU ESTUDANTE** Ensino superior

Ministério da Educação autoriza aulas remotas até o fim do ano

Decisão é válida para instituições de ensino superior. Portaria permite também a suspensão das atividades acadêmicas e flexibilização de estágios

AL Ana Lídia Araújo*

postado em 17/06/2020 15:51 / atualizado em 17/06/2020 16:20

MENU **G1** EDUCAÇÃO

MEC estende autorização de aulas a distância até o fim de 2020 em universidades federais e libera estágios práticos

Aulas presenciais estão suspensas pelo mesmo período. A medida ocorre devido à pandemia do coronavírus. O documento também libera os estágios práticos, exceto de cursos de medicina, e não cita demais áreas da saúde.

Por **G1**

17/06/2020 10h24 · Atualizado há 2 semanas

Menu **Valor** ECONOMIA | **Empresas**

MEC libera estágio e aula on-line neste ano

Experiência na pandemia deve quebrar resistências ao ensino a distância

Por **Beth Koike** — De São Paulo

17/06/2020 05h01 · Atualizado há 2 semanas



Publicações de Destaque

Web

≡ O GLOBO SOCIEDADE

Entidades ligadas à área avaliam como positiva a escolha do novo ministro da Educação

Especialistas ponderam que Carlos Alberto Decotelli precisa investir na retomada de diálogo com os diferentes níveis de ensino

Bruno Alfano e Raphael Kapa

25/06/2020 - 20:16 / Atualizado em 26/06/2020 - 16:08

≡ Seções **CORREIO BRAZILIENSE** Política

Novo ministro é visto como alternativa pacificadora na Educação

Novo titular do MEC, Carlos Alberto Decotelli é visto como uma alternativa pacificadora e técnica para o setor. Ele terá a missão de recuperar a desgastada imagem da pasta, definir políticas efetivas voltadas à área e retomar a interlocução com Congresso, estados e municípios

IS Ingrid Soares MN Maira Nunes

Postado em 26/06/2020 06:00

R7 EDUCAÇÃO

Não há unanimidade sobre as aulas online no ensino superior

Universitários e entidades questionam o ensino remoto e também as medidas apontadas pelo MEC em portaria que libera até estágio a distância

EDUCAÇÃO

Karla Dunder, do R7

30/06/2020 - 02h00



Publicações de Destaque Web

G1
EDUCAÇÃO

Meta para matrículas no ensino superior deverá ser atingida só em 2041, afirma entidade; pandemia poderá agravar ainda mais o quadro

Plano Nacional de Educação prevê que 33% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estejam no ensino superior até 2024. No ritmo que as matrículas estão, percentual deverá ser alcançado 17 anos após o previsto.

Por Elida Oliveira, G1
25/07/2020 05h01 · Atualizado há um mês

A meta para as matrículas no ensino superior, prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), deverá ser atingida só em 2041 – 17 anos após o previsto, de acordo com uma projeção feita pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), obtida pelo G1.

R7

Brasil só deve atingir meta para ensino superior em 2041

Estudo da ABMES mostra o impacto da evasão escolar no ensino médio e a dificuldade dos estudantes para pagar mensalidades

EDUCAÇÃO
Karla Dunder, do R7
09/07/2020 - 02h00



Estudantes não conseguem pagar mensalidade
Marcelo Casal Jr./Agência Brasil

O Brasil só deve atingir todas as metas do ensino superior definidas no PNE (Plano Nacional de Educação) em 2041, essa é a projeção da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior).

Um dos grandes problemas está na evasão no ensino médio e na dificuldade dos estudantes brasileiros em pagarem as mensalidades.



Publicações de Destaque Web

G1 EDUCAÇÃO

Universitários acumulam dívidas e deixam cursos na pandemia; redução de mensalidades para na Justiça

Uma das entidades que representam universidades privadas diz que evasão cresceu 31% entre abril e maio: foram 65 mil alunos a mais em relação ao ano passado que desistiram de vez ou trancaram os cursos.

Por Elida Oliveira, Fábio Manzano, Laís Modelli, Letícia Macedo e Lucas Vidigal, G1

08/07/2020 05h01 · Atualizado há um mês

JOTA LEGISLATIVO

REDUÇÃO DAS MENSALIDADES

Nas escolas, o impasse sobre o retorno às aulas e a redução das mensalidades

Decisões judiciais e atos executivos sobre desconto nos pagamentos provocam reação das entidades privadas de ensino



DÉBORA BRITO

BRASÍLIA

08/07/2020 07:09
Atualizado em 08/07/2020 às 13:56



Publicações de Destaque

Web

G1

EDUCAÇÃO

Adiamento do Enem pode atrasar ingresso de 3,5 milhões de participantes no ensino privado, aponta levantamento

O número se refere a estudantes que se inscreveram no Enem de olho na nota de desempenho para concorrer a bolsas de estudo. Impacto da pandemia também leva estudantes a adiarem a entrada nas universidades, previstas para o segundo semestre de 2020.

Por Elida Oliveira, G1

28/07/2020 11h00 - Atualizado há 2 semanas

Valor | Empresas

Atraso no Enem compromete ingresso de 3,5 mi de alunos no ensino privado em 2021

Esse é o volume de estudantes que usam nota do exame, que só será divulgada no fim de março, para buscar bolsa do ProUni e desconto de mensalidade

Por Beth Koike, Valor — São Paulo

28/07/2020 12h31 - Atualizado há uma semana

ESTADÃO

Economia & Negócios

Ensino privado quer socorro do governo para o segundo semestre do ano letivo

Senadores prepararam, a pedido do setor, pacote que pode chegar a R\$ 53 bilhões; no entanto, o Ministério da Economia é contra a aprovação do projeto

Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

14 de agosto de 2020 | 05h00



Publicações de Destaque Web

MENU METRÓPOLES

EDUCAÇÃO

Novas vagas remanescentes serão ofertadas para o Prouni e Fies

A seletiva ocorrerá em setembro para o preenchimento de 140 mil vagas

EDUCA MAIS BRASIL
01/09/2020 14:37. ATUALIZADO 01/09/2020 14:37

MENU METRÓPOLES

Ensino Superior no País tem o EaD como um aliado cada vez mais próximo

A consolidação dos cursos EaD já era prevista pela Abmes para ocorrer antes de 2023, no entanto, a chegada da pandemia de covid-19, com a consequente crise econômica e isolamento social, fez com que os cursos a distância ganhassem um novo papel

DINO
10/09/2020 15:00. ATUALIZADO 10/09/2020 15:00

MENU G1 EDUCAÇÃO

Nº de alunos que abandonam faculdade deve subir após a pandemia, e setores poderão enfrentar falta de mão de obra

Queda na renda e falta de perspectiva levam alunos a desistência de seus cursos. Evasão universitária, que já vinha em tendência de alta, pode observar aumento em 2020.

Por Elida Oliveira, G1
13/09/2020 07h38 - Atualizado há 2 semanas

MENU FOLHA DE S.PAULO

Faculdades particulares dizem que país pode ter apagão de mão de obra

Setor pede a Bolsonaro que reconsidere estudo para acabar com dedução

16.set.2020 às 13h09



Publicações de Destaque

Web

G1 EDUCAÇÃO

Pesquisa aponta que 51% ainda não se inscreveu no vestibular da instituição que deseja estudar

Levantamento da Educa Insights e Abmes foi feito com 1.102 pessoas, de 17 a 50 anos, que desejam ingressar em cursos presenciais e a distância ao longo dos próximos 18 meses.

Por **Elida Oliveira, G1**
24/11/2020 10h02 · Atualizado há uma semana

veja

Educação

Experimentei, gostei, fiquei: um novo impulso à universidade a distância

Com as faculdades fechadas, alunos descobriram uma modalidade da qual não querem mais abrir mão

Por **Ricardo Ferraz e Thais Gesteira** Atualizado em 1 dez 2020, 10h51 - Publicado em 27 nov 2020, 06h00

APROVADO - Thabata: a convicção sobre o ensino presencial cedeu lugar à satisfação com o ensino a distância - Lailson Santos/VEJA

DESTAQUES RÁDIO



ABMES[®]



Publicações de Destaque Rádio

 MENU **CBN**

QUINTA, 02/04/2020, 14:56

País

Quase metade dos estudantes não sabe por quanto tempo conseguirá pagar graduação diante da crise

Cerca de um terço dos alunos de faculdades particulares de todo país afirma ter dinheiro para pagar as mensalidades por até três meses. 41% dos estudantes disseram não saber por quanto tempo conseguirão bancar o curso por causa da pandemia do coronavírus. Apenas 6% acreditam que terão recursos para pagar a faculdade, independentemente da crise. Os dados são de uma pesquisa da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

 DURAÇÃO: 00:02:23



Publicações de Destaque

Rádio

The logo for CBN (Cidade de Notícias), featuring the letters "CBN" in white, bold, sans-serif font on a red square background.

CBN

Matéria realizada por Matheus Meirelles destaca pesquisa realizada pela ABMES e Educa Insights sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes de nível superior para manter o pagamento das mensalidades.



Publicações de Destaque Rádio

Pesquisa revela o impacto da pandemia em estudantes de faculdades privadas

JUNHO 19, 2020 12:21 PM AMAZONAS

Radioagência Nacional

▶ Cresce número de estudantes que adiam planos da graduação para 2021, revela pesquisa

Gosto 0 **Tweetar** URL: <https://radioagencianacional.ebc>

02:53 Educação, Notícias 28/07/2020 - 15h23 Brasília Embed

Maíra Heinen

Pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, nesta terça-feira (28), aponta que o estudante adiou os planos da graduação, em grande parte, para o início de 2021. Eram 30%, no início da pandemia; e passou para 39% na pesquisa de julho.

Entre os interessados em se matricular nos cursos na modalidade a distância houve um aumento de 30% para 34% no comparativo entre os dois últimos estudos.

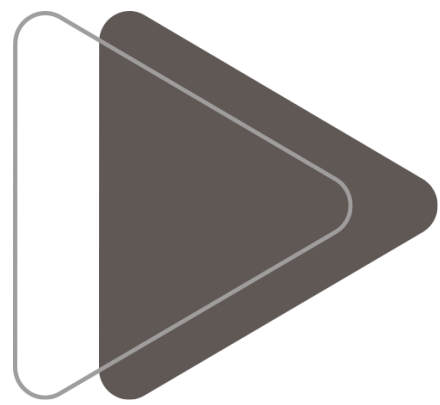
Os cursos presenciais tiveram movimento contrário e mais acentuado: se em março a intenção de começar em agosto era de 16%; em julho, só 5% confirmaram que pretendem se matricular.

A pesquisa foi realizada pela empresa de pesquisas educacionais Educa Insights. Essa é a quarta pesquisa realizada pelas duas entidades sobre o impacto da pandemia do novo coronavírus entre Instituições de Ensino Superior e estudantes.

DESTAQUE ARTIGOS



ABMES[®]



ARTIGOS Porta Vozes

Total: 13

- 13/02 - Estadão - Premissas para autorregulação da educação superior - Celso Niskier**
- 02/03 - Estadão - Números do ensino superior particular brasileiro - Sólon Caldas**
- 26/03 - Estadão - Aulas remotas ou EAD? - Celso Niskier**
- 30/04 - Estadão - Covid-19: guerra ou tsunami? - Celso Niskier**
- 17/05 - Estadão - Educação a distância e as voltas que a Terra dá - Sólon Caldas**
- 30/05 - Estadão - Oportunidade histórica - Celso Niskier**
- 06/08 - Estadão - CNE com órgão de Estado - Celso Niskier**
- 06/08 - Correio Braziliense – Por que onerar o futuro dos jovens? - Celso Niskier**
- 06/09 - Estadão - Atual reforma tributária ameaça futuro dos jovens - Celso Niskier**
- 30/09 - Correio Braziliense - Responsabilidade social da educação superior particular na pandemia - Celso Niskier**
- 15/10 - Estadão - As redes de cooperação como promotoras de transformação digital na Revolução 4.0 - Bruno Coimbra**
- 19/11 - Correio Braziliense - Educação é atividade essencial - Celso Niskier**
- 29/12 - Estadão – A reinvenção do professor – Celso Niskier**



ARTIGOS Porta Vozes Destques

ESTADÃO Política

BLOGS
Fausto Macedo
Repórter

Premissas para autorregulação da educação superior

Celso Niskier*
13 de fevereiro de 2020 | 15h05

ESTADÃO Política

BLOGS
Fausto Macedo
Repórter

Números do ensino superior particular brasileiro

Sólon Caldas*
02 de março de 2020 | 12h05

ESTADÃO

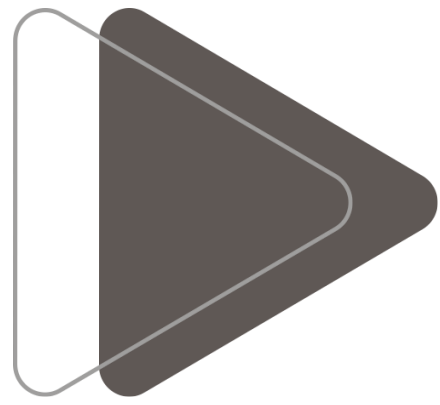
Aulas remotas ou EAD?

Celso Niskier*
26 de março de 2020 | 12h15

ESTADÃO

Covid-19: guerra ou tsunami?

Celso Niskier*
30 de abril de 2020 | 06h00



ARTIGOS Porta Vozes Destaques

ESTADÃO Política

Educação a distância e as voltas que a Terra dá

Sólon Caldas*
17 de maio de 2020 | 12h00

ESTADÃO Política

Oportunidade histórica

Celso Niskier*
30 de maio de 2020 | 08h00

ESTADÃO Política

BLOGS
Fausto Macedo
Repórter

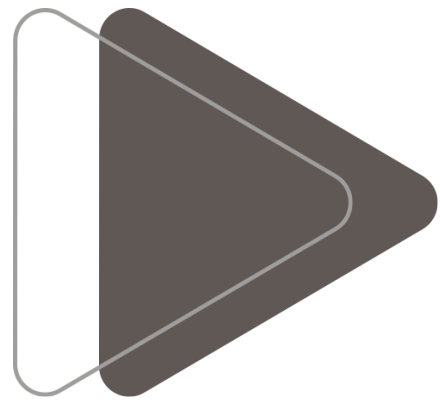
Conselho Nacional de Educação como órgão de Estado

Celso Niskier*
06 de agosto de 2020 | 09h30



Celso Niskier. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

A necessidade de isolamento social, provocado pela pandemia da Covid-19, se transformou em um acelerador de ações em toda a cadeia da educação. Os projetos desafiadores pautados nas tecnologias da informação e de comunicação; a implantação dos sistemas híbridos e das metodologias ativas e criativas e tantas outras iniciativas previstas para fazer parte paulatinamente da vida de alunos e de professores, de repente se tornaram essenciais para que o calendário acadêmico sofresse menos com a interrupção das aulas presenciais.



ARTIGOS Porta Vozes Destques

ESTADÃO

Atual reforma tributária ameaça futuro dos jovens

Celso Niskler*
02 de setembro de 2020 | 04h30

Seções **EU ESTUDANTE** Ensino superior

ARTIGO

Responsabilidade social da educação superior particular na pandemia

EuEstudante

postado em 29/09/2020 19:49 / atualizado em 29/09/2020 20:24

O B R I G A D O !

